

**PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL:
ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DA DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NO PERÍODO
COLONIAL**

André Luiz Alves Moreno
Universidade Federal da Bahia
(amoreno@uneb.br)

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir a relevância das investigações sobre a difusão social da escrita para as pesquisas que se enveredam pela reconstituição de uma história social linguística do Brasil. Para isso, buscaremos, nas principais propostas sobre o tema, elementos que possam demonstrar como o entendimento verticalizado do processo de penetração e difusão social da escrita pode contribuir diretamente para uma reflexão sobre o entendimento da formação da realidade linguístico-social do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: História Social Linguística; Difusão social da escrita; Brasil.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

André Luiz Alves Moreno

É Doutor e Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, desenvolvendo pesquisas sobre a difusão social da escrita em conjunturas sediciosas. Possui Pós-Doutorado em Variação e Mudança Linguística no Português, com área de concentração em Linguagem e Sociedade, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. É Licenciado e Bacharel em Letras Vernáculas. Vincula-se ao Projeto Memória em Papel (CNPQ/UFBA), coordenado pelas Professoras Doutoras Alcía Duhá Lose e Lívia Borges Magalhães, atuando em investigações de cunho filológico, paleográfico e arquivístico no âmbito do Brasil. Dentre suas várias temáticas de investigação, interessa-se pela reconstituição histórica da difusão social da escrita no Brasil, principalmente em relação aos períodos colonial e imperial.



<http://lattes.cnpq.br/1818969103430771>



<https://orcid.org/0000-0002-4294-3272>

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

OS GESTOS AFILIATIVOS COMO ELEMENTOS DE ABORDAGEM DO PASSADO RECENTE DA ESPANHA EM DUAS OBRAS DE ALMUDENA GRANDES

Flávio Pereira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(poliglotta@gmail.com)

As investigações sobre a história social linguística do Brasil pautam, de uma maneira geral, nos processos de transplantação, implementação e difusão da língua portuguesa no Brasil, avaliando, dentre inúmeros aspectos, os diversos contatos linguísticos que esta sofreu com os milhares de línguas indígenas que aqui estavam e as centenas de línguas africanas que para cá foram trazidas com milhões de negros brutalmente escravizados. Dessa maneira, como é possível perceber, os estudos desenvolvidos sobre o campo da história social linguística não se centralizam somente, apesar de ser o contingente linguístico mais representativo, na história do português brasileiro, pois a língua portuguesa foi uma das milhares de personagens que compuseram o multilinguismo generalizado dos primeiros séculos de colonização de nosso país. Além do mais, apesar de hoje o português ser o contingente linguístico predominante de aproximadamente 98% da população, o Brasil ainda é um país multilíngue, principalmente quando tratamos dos remanescentes indígenas e dos contextos linguísticos da imigração europeia e japonesa.

Esse cenário contribuiu para tentar explicar como se configurou a realidade sociolinguística do Brasil contemporaneamente, pois, para além de descrever as características das distribuições geográfica e demográfica das línguas atuais, muitos linguistas se debruçaram sobre a caracterização do português falado na América Latina. Dante Lucchesi, desde a década de 1990, pauta numa descrição da realidade sociolinguística do português do Brasil, dizendo-nos que este, além de ser heterogêneo e variável como qualquer língua humana, é polarizado e plural, devido à sua história, configurada na emergência de duas grandes normas linguísticas: a norma culta e a norma popular. Desde então, muitas pesquisas foram realizadas, desde o contexto inicial da fundação do *Programa para a história da Língua Portuguesa*, coordenado até recentemente pela Professora Rosa Virgínia Mattos e Silva e da fundação do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, coordenado pelo Professor Dante Lucchesi.

Os elementos históricos que fundamentam a discussão sobre a emergência de duas

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

grandes normas linguísticas do chamado português brasileiro, normas estas que compõem a polarização sociolinguística do país, segundo Lucchesi (2015), foram construídos e propostos durante alguns anos, desde a retomada da "Fênix finalmente renascida". Quando a linguística histórica sai do ostracismo e volta do porão para prover as novas pesquisas sobre a história linguística do Brasil, a partir da década de 1980, diversas interpretações, tanto especificamente linguísticas como de história social, emergiram para tentar explicar as especificidades gramaticais e historiográficas de nossa língua materna. Esse aspecto ficou ainda mais marcado a partir do surgimento do *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), em 1997, coordenado pelo Professor Ataliba de Castilho.

Fundado, o PHPB constituiu-se programaticamente a partir de três campos de investigação, a saber: a) a constituição de *corpora diacrônicos* de documentos de variada natureza, escritos no Brasil, a partir do século XVI; b) a reconstrução da história social linguística do Brasil; e c) o estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* selecionados.

Levando em consideração os campos de investigação, muitas pesquisas já foram desenvolvidas, proporcionando, além de diversas publicações, a produção de inúmeras dissertações de mestrado e teses de doutorado. Sobre o primeiro campo especificamente, que trata da constituição de *corpora* diacrônicos variados da história do Brasil, Lobo (2009) busca demonstrar o processo de formação dos linguistas baianos no que tange ao labor histórico-filológico. Para isso, propõe três fases que podem espelhar a maturação dos pesquisadores no que diz respeito ao trabalho de prospecção de acervos públicos e privados. Tais fases caracterizam-se como: a) a fase ingênua; b) a fase de profissionalização; e c) a fase dos profissionais.

Sobre a primeira fase, Lobo (2009, p. 308) aponta que esse momento representa um período de ingenuidade,

[...] em função de não se dispor de conhecimento prévio sobre os arquivos [...] – quer públicos, quer privados –, sobre os fundos documentais neles preservados e sequer sobre os documentos que deveriam ser disponibilizados a linguistas interessados na reconstrução histórica do processo de formação do português brasileiro [...].

Sendo assim, é interessante observar que grande parte daqueles linguistas que estavam envolvidos com o *Projeto Para a História do Português Brasileiro* não tinham quase nenhuma formação filológica e/ou arquivística que pudesse fornecer uma base sólida para a prospecção de acervos, para uma contextualização pormenorizada dos diversos *corpora* e para o tratamento editorial dos textos, a partir do labor filológico. Mas esses não eram os únicos obstáculos. Em certa medida, quaisquer textos produzidos na história do Brasil poderiam ser considerados fontes representativas da história do português brasileiro, sem nenhuma

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

contextualização prévia dos perfis sociológicos de seus respectivos escreventes. Isso se tornava bastante problemático, pois, levando em conta a história linguística de nosso país, sabemos que, no Brasil, diversos contingentes populacionais, de grupos étnicos variados, compuseram o “caldeirão” que favoreceu a constituição de nossa língua materna, mas grande parte desse contingente, levando em consideração os dados que nos são revelados, provavelmente não produziu manifestações do escrito. Na realidade, parece ter sido essencialmente dos punhos da população branca, ou dita branca, que se manifestou a cultura escrita no Brasil, apesar de termos notícias de que outros contingentes também deixaram alguns poucos registros escritos.

Justamente devido a esse contexto, foi que, segundo Lobo (2009, p. 312), se iniciou uma fase de profissionalização de tais pesquisadores. Nesse momento, além de se perceber a necessidade de uma formação filológica, entendeu-se que

[...] A edição de textos para integrar uma amostra linguística de qualquer sincronia do passado não pode estar circunscrita aos limites da crítica textual *stricto sensu*, exigindo do linguista-filólogo a reconstrução da estrutura social da comunidade “de fala” e a identificação da posição social dos que escrevem no passado. Em outros termos, não bastava editar textos escritos no Brasil e, desavisadamente, tomá-los como representativos de um português brasileiro, já que, no Brasil do passado, a pena esteve nas mãos de portugueses, “brancos” brasileiros, africanos, índios e imigrantes – todos, com maior ou menor perícia, escrevendo em português. Dentre as diversas questões a enfrentar, uma sobressaía-se: era preciso identificar, o mais precisamente possível, “quem” escreveu.

Assim sendo, com a maturação científica de tais pesquisadores, que levavam em conta, a partir de então, a história, a demografia, a crítica textual, a arquivística, dentre outras disciplinas, como pilares teórico-metodológicos, novas teses surgiram, defendendo, por exemplo, que foram os africanos e afrodescendentes os *formatadores* e *difusores* do português no Brasil e que estes, marginalizados da sociedade, não poderiam ter acesso à escolarização, não havendo, assim, a possibilidade de reconstituição do português popular brasileiro (MATTOS E SILVA, 2004). Sendo esta uma das principais variedades do português falado contemporaneamente no Brasil, seria, então, por meio da existência de testemunhos escritos pelas mãos destes *formatadores* e *difusores* que teríamos pistas substanciais do processo de constituição do português brasileiro. Dessa maneira, foi que, seguindo pela seara de busca de fontes para o estudo dessa variante majoritariamente difundida no Brasil, Klebson Oliveira (2006), em tese de doutoramento, trouxe à luz testemunhos escritos, durante o século XIX, por africanos e afrodescendentes que, organizados em uma Irmandade, a atual Sociedade Protetora dos Desvalidos, na cidade de Salvador, deixaram uma generosa produção gráfica que esteve obscurecida pela marginalização histórica. Posteriormente a esse trabalho, outros foram surgindo nessa perspectiva. Cartas redigidas por escravos; estudo de uma espécie de ex-voto, as chamadas tábuas votivas; cartas e orações manuscritas por cangaceiros; além de outras

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

escrituras que privilegiam a esfera privada (diários, livros de razão, entre outros). Assim, inúmeros questionamentos foram levantados sobre como esses africanos e afrodescendentes adentraram no universo da cultura escrita.

Com base nessas novas descobertas e, conseqüentemente, nesses novos questionamentos, houve um deslocamento para outras perspectivas que, mais generalizantes, buscavam, através de enredos diversos, reconstituir cenas da história da leitura e da escrita no Brasil. Dessa maneira, percorreu-se nos trabalhos supracitados o compromisso de situá-los em sua sócio-história. Mas essa não era uma inquietação nova. A paleografia italiana, cujo expoente maior é Armando Petrucci (2003), no clássico *La ciência de la escritura: primera lección de paleografía*, sugere, quando se quer apreender efetivamente os diversos *corpora*, que, para qualquer tempo histórico, se interogue aos textos: quando e onde foram escritos; como foram escritos, quais técnicas e recursos materiais utilizados; quem os produziu; quais os níveis de alfabetismo de seus produtores e qual o ambiente sócio-cultural em que o seu autor está inserido. Foi nesse viés que se deu o aparecimento do interesse pela história da leitura e da escrita no Brasil. Isso porque é a partir de testemunhos escritos, do seu valor documental e das marcas deixadas pelos seus autores que se promoverão possíveis vestígios dessa história que começa a ser desvendada. Foi nesse contexto que emergiram os chamados profissionais (LOBO, 2009).

O surgimento dos chamados “profissionais” desencadeou outras inquietações, que se manifestavam entre anseios teórico-metodológicos e a compreensão de um novo campo de investigação que nascia pouco a pouco. Assim, extrapolando os chamados “profissionais”, os *historiadores da cultura escrita* davam paulatinamente os primeiros indícios de seu aparecimento.

Em busca de referências consistentes, que fornecessem um olhar mais claro do que se pretendia investigar, os pesquisadores que estavam envolvidos com tais investigações, como Klebson Oliveira, Tânia Conceição Freire Lobo, Rosa Virgínia Mattos e Silva, Emília Helena Portella Monteiro de Souza, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, dentre outros, encontraram na renovada paleografia italiana e nas propostas da equipe de trabalho da *Universidad de Alcalá de Henares* fontes preciosas que delineavam basicamente o que se pretendia fazer desde então.

Sendo assim, depois de indagar outros contextos que têm a *história da cultura escrita* como a principal personagem, esse mesmo grupo de profissionais instituiu, em 2009, uma nova linha de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – que acabara de surgir após uma reestruturação sugerida pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) –, denominada *História da Cultura Escrita no Brasil*. Esta envereda, como revela a descrição fornecida pelo próprio PPGLinC, em investigações que se debruçam sobre

Estudo das práticas de leitura e escrita, em espaços institucionais e extrainstitucionais, nas várias etapas da história do Brasil, focalizando as

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

particularidades de produção e apropriação dos textos e suas características formais, bem como os usos sociais e o desenvolvimento da cultura letrada no Brasil¹.

A partir de seu estabelecimento, os pesquisadores que foram anunciados anteriormente perceberam que não bastava instituir somente uma linha de pesquisa que estivesse direcionada a reconstituir as “práticas de leitura e escrita, em espaços institucionais e extrainstitucionais”, pois a investigação de tais *práticas* era somente um viés de observação da difusão e das funções do escrito na história de nosso país. Dessa maneira, em busca de um estabelecimento mais coeso desse novo campo, perceberam que, para além das *práticas*, os *discursos e representações*, que se manifestam a partir de nossas apreensões, também podem nos aproximar de uma *História da Cultura Escrita no Brasil*.

Por isso mesmo, como consequência da expansão dos vieses de observação, os objetos ampliaram-se significativamente, apresentando um enorme desafio, que não mais poderia se resumir a pequenos projetos específicos. Nascia desse contexto, a necessidade de um caráter programático para tais investidas. Foi a partir disso que o *Programa História da Cultura Escrita no Brasil* (HISCULTE) surgiu, baseado, como era de se esperar, numa lógica interdisciplinar, para dar conta de investigar quais foram os lugares materiais e simbólicos ocupados pela cultura escrita na história do Brasil.

Valendo-nos de Armando Petrucci (1999, p. 25), é possível dizer que toda investigação que queira estudar as relações entre cultura escrita e sociedade deve levar em conta, em qualquer caso,

1) la difusión social de la escritura, entendida genéricamente como pura y simple capacidad de escribir incluso en su nivel más bajo, es decir, como porcentaje numérico de los individuos que en cada comunidad están en condiciones de emplear activamente los signos del alfabeto; que debe unirse y compararse con el cociente de difusión social pasiva de los productos gráficos, constituido por los destinatarios de los mensajes escritos, sea en tanto lectores, sea en tanto usuarios de lo escrito incluso de una manera indirecta, es decir, meramente visual²;

¹ Esta descrição encontra-se localizada no sítio eletrônico do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, quando aponta as proposições teórico-metodológicas de suas linhas de pesquisam. Disponível em www.ppglinc.ufba.br.

² A difusão social da escrita, entendida genericamente como pura e simples capacidade de escrever, inclusive em seu nível mais baixo, quer dizer, como porcentagem numérica dos indivíduos que em cada comunidade estão em condições de empregar ativamente os signos do alfabeto; que deve unir-se e comparar-se com o quociente de difusão social passiva dos produtos gráficos, constituído pelos destinatários das mensagens escritas, seja como leitores, seja como usuários do escrito, inclusive de uma maneira indireta, quer dizer, meramente visual.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

2) a función que a escritura en sí mesma asume en el ámbito de cada sociedade organizada e que cada tipo o produto gráfico asume, a su vez, en el ámbito de un ambiente cultural concreto que lo produce e lo emplea; de onde deriva (ou pode derivar) o grao de prestíxio social dos escribentes (ou, mellor, dos capaces de escribir) na xerarquia social³ (PETRUCCI, 1999, p. 25-26).

Dessa forma, segundo Petrucci (1999, p. 26), põr em foco a difusão social da escrita, especificamente, significa estudar, dentre vários direcionamentos, a diferente distribuição do grao de alfabetização, ativa e passiva, nos distintos setores de uma sociedade dividida em classes. Contudo, no Brasil, esse direcionamento ainda requer uma atenção para tempos pretéritos, pois, pelo menos até a primeira investigación oficial censitária de 1872, não temos notícia de quaisquer pesquisas sistematizadas acerca da distribuição dos níveis de alfabetismo para a história brasileira, principalmente para o período colonial.

Como é possível notar, as pesquisas sobre a história da cultura escrita no Brasil estão diretamente relacionadas com aquelas que se enveredam em reconstituir a história social linguística do país, pois, como aponta Lobo (2016, *no prelo*), para que haja um entendimento consolidado desta última, devem ser pontuadas mudanças globais e profundas, que podem ser pautadas em dois níveis, a saber:

O primeiro refere-se à “articulação entre fatos de ocupação territorial, fatos das sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e fatos das prevalências e desaparecimento das línguas” (Houaiss 1985, 31-32.). A justificativa para tal está em ser o PB uma língua que emergiu em contexto multilíngue, sendo, pois, o contato linguístico um dos aspectos constitutivos da sua formação. O segundo diz respeito à questão da distribuição social da escrita no Brasil. Juntamente com a história do contato, é uma questão-chave para a análise das variedades do PB que configuram a complexa teia sociolinguística do Brasil contemporâneo, definida por um *continuum*, em cujos extremos se situam, por um lado, normas linguísticas socialmente mais prestigiadas – urbanas, supostamente mais unitárias e descendentes diretas do português europeu, além de moldadas sob o influxo do padrão normativo de escrita difundido via escolarização – e, por outro lado, normas linguísticas socialmente mais estigmatizadas – rurais, supostamente mais diversificadas e descendentes diretas do português falado como segunda língua por índios e negros, os quais, juntamente com seus descendentes, do século XVI a meados do XIX, sempre constituíram o segmento maioritário da população brasileira e até

3 A função que a escrita em si mesma assume no âmbito de cada sociedade organizada e que cada tipo de produto gráfico assume, por sua vez, no âmbito de um ambiente cultural concreto que o produz e o emprega; de onde deriva (ou pode derivar) o grau de prestígio social dos escreventes (ou melhor, dos capazes de escrever) na hierarquia social.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

aproximadamente meados do século XX estiveram, em sua maioria, à margem do sistema formal de escolarização.

Ao pautarmos os níveis propostos por Lobo (2016), não podemos deixar de apontar, prontamente, as diretrizes indicadas por Houaiss, já na década de 1980, que sugeriam um viés programático para a reconstituição histórica da língua portuguesa no Brasil. Para ele, havia, pelo menos, “quatro vias” necessárias para esse propósito, a saber:

1. do levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir (e mesmo antes, para com os indígenas e negros) dos inícios da colonização, levantamento já em curso assistemático desde os historiadores dos meados do século XIX para cá; **2. o mapeamento confiável da dialectologia brasileira** a exemplo do que sonhou Antenor Nascentes e realizou parcialmente Nelson Rossi com seus colaboradores – mapeamento do qual, pelas igualdades unitárias e globalizantes, será possível “recapitular” o processo passado que terá gerado o presente descrito por essa dialectologia; **3. o incremento da dialectologia vertical em tantos quanto possíveis grandes centros urbanos e focos rurais antigos**, a fim de se poder ver a interinfluência entre o rural e o urbano na transmissão adquirida e induzida; **4. a penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias**, não numa leitura estética, que se vem tentando algo em vão, nem histórico-externa, nem sociológica, nem demográfica, nem demopsicológica, nem antropológica, nem política, mas essencialmente lingüística – que depois será um componente relevante das “histórias” parciais acima aludidas, cuja conjunção nos possa dar uma história – analítica e sintética – de que já nesta altura tanto necessitamos. Tudo isso parecerá algo mítico ou irrelevante para os que – metódica e filosofantemente – acham que só é história o que sobrenada e sobrevive do passado nos presentes. Ainda que fora assim, porém, o “presente” e os “presentes” brasileiros são tão carentes de compreensibilidade e inteligibilidade, que se pode querer penetrá-lo: e a via não é outra, senão a reconstrução dos passados.

Sobre tais direções, Mattos e Silva (1998, p. 36-37), considerando as pesquisas que vinham sendo realizadas até o momento do estabelecimento do *Projeto Para a História do Português Brasileiro* (PHPB), busca analisá-las, mostrando-nos o que já vinha sendo feito e o que ainda encareceria de investigações sistemáticas, que constituíram o caráter programático da reconstituição histórica do português brasileiro. Primeiramente, em relação às vias 2 e 3, a pesquisadora explicita que, tanto o “incremento da dialectologia vertical”, quanto o “mapeamento confiável da dialectologia brasileira”, já vinham sendo realizados, desde o projeto coordenado por Nelson Rossi (1963), o conhecido *Atlas Prévio dos Falares Baianos* e, também,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

desde o estabelecimento de um programa coletivo para a elaboração de um atlas geral do português do Brasil, em meados da década de 1990. Sobre as vias 1 e 4, revela que sobre o “levantamento exaustivo de depoimentos diretos e indiretos sobre todos os processos linguageiros havidos a partir dos inícios da colonização” já haveria alguns indícios assistemáticos, que tinham sido recolhidos por Serafim da Silva Neto (1976), e que já vinham sendo investigados por Tânia Lobo em um projeto sediado no *Programa Para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), além de outros que vinham sendo implementados pouco a pouco. Em se tratando da via 4, que diz respeito à “penetração da língua escrita no Brasil, das origens aos nossos dias”, Mattos e Silva (1998), ainda naquele momento, explicita que tal aspecto não tinha sido sistematicamente investigado.

Avaliando as vias propostas por Houaiss (1985) e os níveis apontados por Lobo (2016), é possível perceber que a difusão social da escrita é um elemento fundamental para o processo de reconstituição da história social linguística do Brasil, pois, para que possamos entender, inclusive, como se deu o processo de formação das normas cultas brasileiras, um dos extremos da polarização, proposta por Lucchesi (2015), é extremamente importante que entendamos efetivamente como se deu esse processo. E, para isso, há a necessidade de pesquisas verticalizadas sobre o tema, pois, para o período colonial, principalmente, as afirmações da historiografia são ainda muito elementares, por se tratar de uma época pouco ou quase nada investigada empiricamente. Elemento este, apesar de ainda carecer de investigações sistemáticas e substanciais, é o foco dos pesquisadores do *Programa para História da Cultura Escrita no Brasil* (HISCULTE).

Circunscrito nessa esfera, este texto anseia discutir a relevância das investigações sobre a difusão social da escrita no Brasil para as pesquisas que se enveredam pela construção de uma história social linguística de nosso país. Para isso, buscaremos, nas principais propostas sobre o tema, elementos que possam demonstrar como o entendimento verticalizado do processo de penetração e de difusão social da escrita em nosso país pode contribuir diretamente para este fim.

1 Elementos para o entendimento da difusão social da escrita na história social linguística do Brasil

A partir da fundação e da consolidação de projetos de envergadura local e nacional, como o PROHPOR, o PHPB e o Projeto Vertentes, muitas discussões foram realizadas no âmbito da história social linguística do Brasil. Entre tais debates, estão aportes teóricos variados, principalmente os da Sociolinguística Variacionista e os da Teoria Gerativa, que, segundo Mattos e Silva (2008), compõem, mais amplamente, os elementos teórico-metodológicos da Linguística Histórica. Esta pauta, em suas investigações, pelo menos três possíveis vieses para seu escopo de pesquisa, cujo objeto central é a mudança linguística: a) voltar ao passado e nele se concentrar, com o intuito de observar especificidades de sincronias anteriores em relação ao contexto atual; b) voltar ao passado, com o objetivo de compará-lo com o presente ou com sincronias anteriores, buscando levantar alguns elementos que possam contribuir para o

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

entendimento do processo de mudança linguística; e c) indagar o presente, buscando dele um manancial para o entendimento do passado de uma língua, pois seu estágio atual constituiu-se a partir de um conjunto de condicionantes sócio-históricos, sócio-econômicos e linguísticos que explicitam processos ocorridos no passado.

Diversas pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas a partir desses três possíveis caminhos de se fazer Linguística Histórica. Estas estão embebidas de fundamentações teóricas diversas, as quais podem ser segmentadas em dois grandes contextos de análise: um contexto associal, cujo objetivo central é avaliar o processamento da Faculdade da Linguagem, a partir de uma Gramática Universal herdada geneticamente; e um outro contexto sócio-histórico, cujo objetivo central é mensurar os fatores historiográficos e sociolinguísticos que podem explicar a realidade não somente sincrônica, mas também diacrônica, pautando a heterogeneidade e variabilidade das línguas humanas, suscetíveis às inúmeras transformações engendradas ao longo dos séculos.

Para uma descrição das proposições sobre a história social linguística do Brasil, valeremos de perspectivas que se assentam sobre o segundo contexto, pois o nosso objetivo aqui é levantar os elementos que possam demonstrar a relação substancial entre esta e as pesquisas que pautam a difusão social da escrita. Dessa forma, trataremos não somente dos fatores sócio-históricos em si, mas das proposições sobre a realidade sociolinguística do Brasil contemporâneo.

Sendo assim, segundo Mattos e Silva (2004), a história linguística do Brasil foi marcada por um intenso processo de transformações, que reconfigurou o país, o qual passou de generalizadamente multilíngue para localizadamente multilíngue, sendo, hoje, o português majoritário no país, com mais de 98% de falantes do total da população brasileira. Esse processo não ocorreu de forma abrupta e tem vários aspectos que necessitam ser avaliados, pois foram diversas as personagens que participaram desse mosaico linguístico. Para dar conta de sua proposta, a pesquisadora recorre ao que ela chama de trajetórias, tanto a *dizimada indígena* quanto a *dilacerada africana*, que se congregam para a *emergência de uma língua nacional*.

Nessa proposição, Mattos e Silva (2004) discute cada personagem do chamado multilinguismo generalizado, pautando a relação do contato entre europeus, indígenas e africanos escravizados, a partir da demografia histórica, explicitando como se deram os fluxos de contato de cada um desses contingentes étnicos.

Sobre a *trajetória dizimada indígena*, citando um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, Mattos e Silva (2004, p. 14) inicia sua discussão tratando dos primeiros contatos linguísticos entre europeus e indígenas, dizendo-nos que, a partir daquele momento, iniciar-se-ia a trajetória dizimada dos indígenas brasileiros, “percurso etnocida e glotocida conhecido, conduzido primeiro pelos colonizadores portugueses e prosseguindo pelas chamadas frentes pioneiras que hoje alcançam os limites últimos da Amazônia brasileira”. A partir disso, a pesquisadora trata, contrastando os números propostos, da realidade que marcou essa trajetória de dizimação, dizendo-nos que os ameríndios foram quase que totalmente

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

exterminados pela colonização portuguesa.

Quando comparamos os dados de início do século XVI com finais do século XX, fica extremamente clara essa realidade. Em 1500, podia-se calcular, segundo ela, por estimativa, aproximadamente 5.000.000 de indígenas. Entretanto, em finais do século XX, computam-se aproximadamente 200.000 indígenas no país. Com esse drástico genocídio, ocorreu uma série de glotocídios de línguas ameríndias que, segundo Aryon Rodrigues (1986), caem do número de 1.500 para aproximadamente 180 línguas nos dias atuais. Ou seja, como aponta Mattos e Silva (2004), a trajetória de indígenas na “Terra de Vera Cruz” é dizimada, devido a essa drástica redução dos números de indígenas e, conseqüentemente, de suas línguas. Contudo, em meio a essa trajetória, está a consolidação e a difusão das *línguas gerais* de base indígena, tanto na região sudeste, com a chamada *língua geral paulista*, quanto da região norte, com a *língua geral amazônica*. Cada uma delas seguiu caminhos diferentes e possuem bases de formação distintas, segundo Rodrigues (2006). A *língua geral paulista*, de base tupiniquim, consolidou-se a partir da fundação da Capitania de São Vicente, em 1532, e expandiu-se com as bandeiras, no processo de interiorização do país, atingindo as Minas Gerais, o sul de Goiás, o Mato Grosso e o norte do Paraná. Já a *língua geral amazônica*, de base tupinambá, consolidou-se com a expansão portuguesa pela região do Pará, Maranhão e Amazônia, e tornou-se a principal língua de intercuro na região, pelo menos até a reforma política pombalina, caindo, paulatinamente, em desuso com o passar das décadas. Entretanto, esta última, diferentemente da *língua geral paulista*, ainda sobrevive e é conhecida por Nheengatu.

Em meio a esse contexto, há a intensa intervenção religiosa catequética jesuíta. Sua presença no Brasil, pelo menos até meados do século XVIII, contribuiu de forma preponderante para a integração dos indígenas ao sistema colonial português, pois, com a catequese, os párocos proporcionavam aos indígenas um envolvimento, mesmo que indireto, com a cultura escrita. Além disso, quando tratamos dos contingentes mestiços mamelucos, dos homens principalmente, é possível dizer que estes poderiam estar muito próximos das práticas de leitura e de escrita no Período Colonial, pois, próximos aos seus pais portugueses, adquiririam os costumes da metrópole, inclusive o hábito de ler e de escrever. Está-se aí, partindo-se dessa conjuntura, um dos primeiros contextos de difusão social da escrita no Brasil.

Essa questão pode ser elucidada pelos dados apresentados por Lobo e Oliveira (2012), quando mensuram as *devassas inquisitoriais* da Primeira Visitação do Santo Ofício no Brasil, na Capitania da Bahia, no século XVI. Segundo os pesquisadores, dos 354 depoimentos analisados, 69,5% dos inquiridos assinaram seus nomes. Destes, 93,4% eram homens e 15,5% eram mulheres, como era de se esperar, pois, quando avaliamos os dados apresentados por Chartier (2004)⁴, é possível notar uma constante de homens assinando demasiadamente mais do que

4 Os dados apresentados por Chartier (2004) foram compilados e organizados por Gandra (2010) e podem ser visualizados a partir da tabela a seguir. Os números para Portugal foram incluídos por nós, a partir dos dados apresentados por Marquilhas (2000).

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

mulheres. Quando avaliamos o refinamento dos dados, é notório que a maioria dos inquiridos eram portugueses (61,9%) e estes, em sua maioria, assinaram seus testemunhos. Contudo, depois dos portugueses, o maior contingente de assinantes é de indivíduos nascidos no Brasil, cerca de 20,1% da amostra. Dos 49 homens brasileiros, 32 eram brancos, 15 eram mamelucos e dois eram indígenas. Exceto os indígenas, todos os brancos brasileiros e mamelucos assinaram de próprio punho seus depoimentos à Santa Inquisição, no início do Período Colonial do Brasil. Dessa maneira, o que se vem cogitando como primeiros contextos de difusão social da escrita no Brasil, pautando-se nos nascidos no país, parece se confirmar se levarmos em consideração tais dados.

Sobre a *trajetória dilacerada africana*, Mattos e Silva (2004) retrata a intensa e profunda contribuição do contingente de milhões de africanos escravizados, que foram trazidos para o Brasil desde o início de sua colonização, no século XVI. Para construir sua discussão, a pesquisadora se vale dos dados mensurados por Alberto Mussa (1991), em sua Dissertação de Mestrado, quando investiga o papel das línguas africanas na história do português brasileiro. Tais dados podem ser observados a partir da tabela a seguir:

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1850-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

	HOMENS		MULHERES	
	SÉC. XVII	SÉC. XVIII	SÉC. XVII	SÉC. XVIII
Escócia	25%	60%	-	15%
Inglaterra	30%	60%	-	35%
França	29%	48%	14%	27%
Holanda (Amsterdã)	57%	85%	32%	64%
Estados Unidos (Nova Inglaterra)	61%	68%	31%	41%
Estados Unidos (Virgínia)	50%	65%	-	-
Portugal	78,4%	-	9,4%	-
Espanha	62,6%	-	12,6%	-

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Com base nos percentuais propostos por Mussa (1991), é possível observar, quando tratamos do contingente de africanos, que, apesar de estar presente em grande parte do arco temporal visualizado, há uma assimetria entre os dados apresentados. O apogeu do número de africanos trazidos para o Brasil se dá entre os séculos XVI, XVII e XVIII, principalmente no século XVII, e, mesmo vindos de variados pontos da colonização portuguesa do continente africano, o maior contingente que aqui aportou era de origem bantu. Segundo Mussa (1991, p. 146),

[...] o percentual de falantes *bantu* foi sempre superior; e quase sempre maciçamente, em todo o período do tráfico. Isso nos possibilita entender de forma bastante clara por que são precisamente os itens lexicais de origem *bantu* os que se registram com mais anterioridade, com maior grau de integração morfológica e em maior número de campos semânticos no português do Brasil... a posição relativamente proeminente do grupo *benwe-kwa* (não *bantu*) nos últimos séculos também implica o grande número de itens lexicais emprestados por essas línguas, embora não integrados e particularmente restritivos aos campos semânticos ligados à atividade ritual.

Além disso, segundo a pesquisadora, apesar de os números não dizerem tudo, é possível notar, dentre outros elementos, “a crescente presença de negros brasileiros em relação aos africanos, dos mulatos, a partir do século XVII, também dos brancos brasileiros e o decréscimo de portugueses, africanos e índios” (MATTOS E SILVA, 2004, p. 17). Isso quer dizer, segundo ela, que

Enquanto os índios ou foram dizimados ou fugiram para as margens geográficas do país, e vêm aflorando, quando menos se espera, como está ocorrendo em alguns pontos do Nordeste, muitos negros, dilacerados à partida e em seguida, acantonados, quando puderam, em locais de refúgio, ou para sobreviver ou para tentar vencer seus opressores: vencidos os quilombos, restaram, certamente, múltiplos pontos do Brasil grupos que se defenderam sob a proteção natural (e sobrenatural) e que aos poucos se revelam. A grande maioria, contudo, integrou-se, nas cidades e nos campos, à sociedade multiétnica brasileira em formação. Hoje, nas grandes cidades brasileiras, a questão negra está na ordem do dia. Não podemos ignorá-la. Na minha grande cidade, Salvador, a população negra e mulata já beira os 90%: respiramos, transpiramos, sofremos e nos alegamos na e com a Afro-Bahia (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20).

Partindo-se disso, a *trajetória dilacerada africana* reconfigurou uma realidade que, conjuntamente com a dizimação da população indígena, se compôs praticamente por uma ‘substituição’ da população autóctone do Brasil. Como mostram os números, a redução drástica dos indígenas, a forte presença africana e a intensa miscigenação contribuíram para a

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

constituição de uma realidade bastante diferente de outras da dominação portuguesa. Tais elementos, segundo Mattos e Silva (2004, p. 20), analisados conjuntamente com fatores de sua história externa, a partir da segunda metade do século XVIII,

[...] conduzem à definição do Brasil como país majoritariamente de língua nem indígena nem africana. O multilinguismo menos ou mais generalizado, a depender da conjuntura histórica local nos séculos anteriores, localiza-se e abre, então, o seu caminho o português brasileiro.

Para além disso, a reforma político-administrativa conduzida por Marquês de Pombal define, como diz a pesquisadora, uma política linguística e cultural que

[...] fez mudar de rumo a trajetória que poderia ter levado o Brasil a ser uma nação de língua majoritária indígena, já que os dados históricos informam que uma língua geral de base indígena ultrapassara de muito as reduções jesuítas e se estabelecia como língua familiar no Brasil eminentemente rural de então. Pombal define o português como língua da colônia, conseqüentemente obrigada o seu uso na documentação oficial e implementa o ensino leigo no Brasil, antes restrito à Companhia de Jesus, que expulsa do Brasil (MATTOS E SILVA, 2004, p. 20-21).

Apesar de sabermos que não foi exatamente a política pombalina que contribuiu efetivamente para a consolidação da língua portuguesa no cenário linguístico do Brasil, pois, através de uma rápida observação, os números indicam claramente o contrário. Quando avaliamos o quantitativo somado dos brancos brasileiros e mestiços de variadas matizes, falantes de uma variante reconfigurada do português apreendido de forma defectiva, não podemos deixar de relatar uma possível contribuição da reforma pombalina para o desuso de línguas indígenas remanescentes, presentes em cenários de atuação efêmera de colonização, e das difundidas *línguas gerais*, fato este que pode ter colaborado ainda mais para a difusão da língua portuguesa.

Somados a estes fatores, Mattos e Silva (2004) aponta outros que marcaram todo o século XIX. A chegada da família real e de sua corte, a independência do país, a intensa imigração europeia e a presença, mesmo que rarefeita, da escola são alguns deles. Sobre a vinda da corte, ela pauta a implementação do que seria o ideal homogeneizador da língua portuguesa, que tenderia ao português europeu, e que seria consolidada com o ideal nacionalista romântico constituído durante o período imperial. A escola e o “desenvolvimento cultural letrado fez certamente entrar em cena um elemento novo, que é a norma linguística explicitada e coercitiva, que provavelmente até então só atingia, se é que atingia, sobrepondo-se às normas sociais consensuais dos diversos grupos, uma minoria inexpressiva” (MATTOS E SILVA, 2004,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

p. 22).

Diante disso, notamos que a argumentação da referida pesquisadora constitui-se a partir da ideia de convergência de fatores. Contudo, mais tarde, Mattos e Silva (2004) propõe uma outra interpretação para o entendimento da constituição e da difusão da língua portuguesa no território brasileiro. Segundo ela, deslocando-se para uma interpretação mais restritiva, os prováveis *formatadores* e *difusores* do que viria a ser o chamado português popular brasileiro seriam os africanos e seus descendentes. Para sustentar sua tese, ela se vale de basicamente três argumentos: a demografia histórica, a mobilidade geográfica e social desse contingente e a ausência da escolarização direcionada aos africanos e a seus descendentes. Como já foi possível avaliar, a demografia histórica demonstra claramente que o maior contingente, cerca de 70% população brasileira, por quase toda sua história, é de não-brancos, e, dentre estes, a imensa maioria constitui-se de africanos e de afrodescendentes. Essa massa populacional, segundo ela, com base em diversos historiadores, muito se movimentou dentro do país, principalmente após a criminalização do tráfico de escravizados, em 1850. E essa mobilidade acompanhava os fluxos econômicos da colônia, como a mineração, no centro do país, principalmente durante o século XVIII, e a produção de café, durante o século XIX, na região sudeste, além, é claro, do primeiro grande fluxo comercial, que foi a produção da cana-de-açúcar, na região nordeste. Outro aspecto foi a mobilidade social, pois alguns escravizados conseguiam, mesmo com a bruta marginalização, atingir certos setores, principalmente nos centros urbanos, como a alfaiataria e a marcenaria, na condição de escravizados de ganho ou alforriados. Além disso, os espaços ilegítimos da colonização, os ambientes dos quilombos, são extremamente importantes, segundo ela, pois representam contextos em que a circulação do chamado *português geral brasileiro* foi bastante intensa. E, conjuntamente a esses dois macro fatores, está a ausência da escolarização nesse imenso contingente, pois, pelo que consta na historiografia, durante um longo tempo, era terminantemente proibida a presença de negros, das mais variadas matizes, em escolas. Esse aspecto, segundo ela, contribuiu para o percentual de 99,9% de escravizados analfabetos em finais do século XIX.

Diante das proposições de Mattos e Silva (2004), podemos identificar alguns elementos que podem ser relacionados aos contextos da difusão social da escrita no Brasil, aos quais o contingente de africanos e afrodescendentes e, mais tarde, de imigrantes europeus e asiáticos estão diretamente conexos.

Quanto tratamos da realidade de africanos e afrodescendentes, como fez a própria Mattos e Silva (2004), é consenso dizer que 99,9% dos escravizados negros do país, pelo menos até finais do século XIX, eram analfabetos. E, entre os não escravizados, esse número não seria tão diferente, caindo somente para aproximadamente 86%, quando tratamos de todos os homens livres. Contudo, a cultura escrita não parece ter ficado alheia a esses indivíduos. Um grande exemplo, já pontuado aqui, está representado na investigação de doutoramento de Oliveira (2006), que apresentou à comunidade científica uma larga produção escrita de africanos e afrodescendentes na primeira metade do século XIX.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Como é sabido, a Sociedade Protetora dos Desvalidos foi e é uma das milhares de irmandade religiosas fundadas no Brasil. Como aponta João José Reis (1997, p. 12),

A sociedade formada na colônia escravocrata estava estruturada em moldes corporativistas que refletiam diferenças sociais, raciais e nacionais. As irmandades são um exemplo disso. Muitas fizeram as vezes de corporações profissionais típicas do antigo regime. Algumas poucas abrigavam a nata da sociedade, a 'nobreza' da colônia, os senhores de engenho, altos magistrados, grandes negociantes. Mas o principal critério de identidade dessas organizações foi a cor da pele em combinação com a nacionalidade. Assim, havia irmandades de brancos, de mulatos e de pretos. As de branco podiam ser de portugueses ou de brasileiros. As de preto se subdividiam nas de crioulos e africanos. Estas podiam se fracionar ainda de acordo com as etnias de origem – ou, como se dizia na época, as 'nações' – havendo as de angolanos, benguelas, jejes, nagôs etc.

Dessa maneira, como aborda Reis (1997), grande parte da sociedade colonial estava inserida em uma irmandade religiosa e isso não seria diferente para negros escravizados e livres que habitam regiões urbanas e/ou semiurbanas. Isso acontecia, segundo Reis (2003, 332), porque as irmandades

Amparavam de diversas maneiras os membros de suas nações constituintes, na vida, com empréstimos, doações e alforrias; na morte, com a promoção de enterros em suas capelas e de missas para as almas de seus defuntos. As irmandades eram também meios de produção cultural, em particular suas celebrações periódicas. Nos feriados cristãos, em especial nas comemorações a seus padroeiros, os irmãos promoviam festas e mascaradas com a coroação de reis e rainhas africanas, revivendo simbolicamente o mundo que haviam perdido. Se de início o regime senhorial e sua Igreja imaginaram poder enquadrar culturalmente os membros de irmandades de cor, no final já tinham que admitir o surgimento de uma nova religiosidade, de uma expressão cultural diferente daquela que se tentara impor.

Como demonstrou Oliveira (2006), baseando-se em Reis (1997), as irmandades religiosas produziam muita escrita, devido aos trâmites legais do cotidiano de sua administração. Mas, quando tratamos de africanos e seus descendentes, quem eram seus escrevães? Sabemos que esse aspecto é problemático quando tratamos de algumas irmandades negras, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que obtinha homens brancos para esse cargo. Contudo, como demonstrou Oliveira (2006), também houve irmandades que produziam escrita de negros africanos e afrodescendentes, como a que o pesquisador se debruçou. Para além da

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Sociedade Protetora dos Desvalidos, podemos encontrar outros exemplos extremamente importantes para entendermos o fenômeno das práticas de escrita em irmandades religiosas negras no Brasil. Por exemplo, Reis (1997, p. 22) trata da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco, instituição esta negra e extremamente popular e uma das mais antigas de Salvador. Segundo o pesquisador, em 1789, os homens negros, livres e escravizados, integrantes dessa irmandade enviaram à metrópole um pedido de permissão para alterar o compromisso de 1730, com o intuito de excluir os brancos dos cargos de escrivão e tesoureiro. Sua argumentação baseava-se na ideia de que, apesar de em 1730 não haver negros que soubessem ler, escrever e contar, em 1789, “a iluminação do século [os] tem feito inteligentes da escrituração e contadoria”. Mas esta não era a única irmandade que possuía, a partir de finais do século XVIII, escrivães e tesoureiros negros. Segundo Reis (1997), é possível pontuar, pelo menos, 12 irmandades negras que já apresentavam negros à frente desses cargos.

Com base nesses elementos, além de outros pontuados por Oliveira (2006) em sua Tese de Doutorado, o referido pesquisador propõe três vias para compreendermos como os africanos e seus descendentes aprenderam a ler e escrever num contexto em que, na sociedade brasileira, o negro era proibido de frequentar escolas, pelo menos até o ano da abolição de seu sistema escravocrata, em 1888. São elas:

- Relações afetuosas dos escravos com a família senhorial;
- Especialização de algumas profissões, que exigiam algum conhecimento da leitura e escrita;
- O valor positivo da alfabetização entre negros e o papel das irmandades negras.

Em relação ao primeiro caminho, Oliveira (2006) nos diz que, no convívio doméstico, haveria maiores chances de um estreitamento dos laços afetivos entre escravos e seus donos, situação que poderia oferecer um ambiente propício para que alguns aprendessem a leitura e a escrita, quando, por exemplo, os filhos de seus “senhores” estivessem expostos à alfabetização com professores particulares que atuassem diretamente em suas residências, tanto em contextos rurais, quanto urbanos. Mas, para que possamos compreender tais relações claramente, ele revela que é necessário entendermos os envolvimento dos chamados escravos domésticos com seus “senhores”, apontando que este é um

[...] percurso difícil de ser reconstruído, uma vez que essas relações, estabelecidas dentro dos casarios, não deixaram, quanto ao aspecto que se busca, registros em outros lugares da sociedade passada. Os estudos de história social, entretanto, parecem deixar claro que as relações mais ‘afetuosas’ entre escravos e famílias dos senhores tinham mais chances de se estreitar com os chamados escravos domésticos, ou seja, aqueles que ocupavam lugares de trabalho dentro dos domicílios, o que seria mais raro com os escravos urbanos,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

uma vez que viviam a trabalhar nas várias atividades comerciais (ambulantes, carregadores etc) e o ganho obtido era dado ao seu dono, e com os escravos rurais, porque as atividades agrícolas não possibilitavam contatos mais diretos entre eles e senhores (OLIVEIRA, 2006, p. 56).

O segundo caminho apontado é a especialização de algumas profissões de escravizados, que exigia algum conhecimento da leitura, da escrita e da contagem. Oliveira (2006, p. 60) elucida, com base em pesquisas desenvolvidas por Maria José de Sousa Andrade (1998), que

[...] quanto aos pouquíssimos escravos que sabiam ler e escrever, as fontes estudadas pela historiadora não se calam: “Cândido, pardo, moço, que tem habilidade de caixeiro do trapiche e que sabe ler e escrever e contar, sem moléstia, avaliado em 900\$000”. Como nota Andrade (1988), nesse caso acima transcrito, o ofício do escravo em questão mais a habilidade na leitura, na escrita e nas contas fizeram que fosse ele mais valorizado, em 900\$000, uma vez que existiam outros, que também trabalhavam no trapiche, estimados em, no máximo, 600\$000 (OLIVEIRA, 2006, p. 60).

Em relação a esse aspecto, o pesquisador expõe que, com o desenvolvimento paulatino das cidades, as atividades desenvolvidas por escravos se especializaram, exigindo de seus donos um investimento na qualificação de alguns deles para a efetivação de certas profissões, como, por exemplo, a carpintaria e o artesanato. Além disso, saber ler, escrever e/ou contar poderia encarecer o valor de mercado do escravizado.

O terceiro caminho assinalado recai sobre a valor da alfabetização entre os negros e o papel das irmandades negras na sociedade colonial e pós-colonial brasileira. Segundo o pesquisador, a população negra via a alfabetização como algo que gozava de prestígio e, por isso mesmo, a incentivava, principalmente entre os mais jovens. Dessa forma, ele cogita a hipótese de que “os negros não se mantinham passivos em relação a saber ler e escrever; para eles, esse aspecto parece ter alguma representação positiva e, conscientes disso, advinha o incentivo a ele” (OLIVEIRA, 2006, p. 62). Para mais, ainda revela que é possível identificar, em alguns documentos históricos, trechos que indicam que meninos negros frequentavam alguns ambientes, chamados de “escolas”, para serem alfabetizados e/ou para serem treinados para alguma profissão especializada.

Além desse aspecto, segundo ele, há “ainda indícios de que o letramento encontrasse valor positivo dentro de irmandades negras, tão comuns ao Brasil colonial e pós-colonial”. Oliveira (2006) nos revela que as irmandades “angariavam prestígio entre negros, escravos ou libertos, por terem se constituído em um dos poucos espaços legítimos na sociedade em que se praticavam ações assistenciais e por possuírem intensa vida social” (OLIVEIRA, 2006, p. 62-65).

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Tais elementos fazem-nos pensar que os espaços das irmandades negras poderiam ter favorecido a seus integrantes o aprendizado da leitura e da escrita, pois, em sua esfera, as ações de colaboração entre seus congregados, unidas à valorização da alfabetização entre os negros, podem ter contribuído para esse fim. Além disso, o caráter étnico de algumas delas, como a que há pouco foi referida, impedia a participação de brancos, por isso mesmo, eram os próprios negros quem deveriam desenvolver as atividades administrativas, como o caso de escrivães, tesoureiros, secretários e conselheiros, atividades que exigiriam o conhecimento, mesmo que parcial, da leitura, da escrita e da contagem.

Para além dessas três vias, Moreno (2019), em sua Tese de Doutorado, propõe a inclusão de mais um caminho que possa ter favorecido a aquisição da escrita no Período Colonial no Brasil, que abrangeria não somente negros, escravizados e/ou alforriados, mas também brancos e mestiços livres integrantes das camadas sociais subalternas da população. Essa quarta via seriam os *movimentos de inconfidência*. Estes foram muito comuns entre meados do século XVIII e início do século XIX, no Brasil, e abarcaram um conjunto variado de indivíduos, que estavam interessados basicamente na independência da colônia e em relações sociais mais igualitárias.

No caso da Sedição Intentada de 1798, conhecida também por *Conspiração dos Alfaiates*, os “homens de consideração”, através de conversas e/ou reuniões, difundiram os ideais franceses de *liberté, fraternité et égalité* para as camadas mais profundas da sociedade colonial. Foram esses homens e mulheres desfavorecidos, embebidos por tais pensamentos revolucionários democrático-burgueses, que iniciaram um movimento sedicioso que via a república como a solução para suas mazelas. Mas como estes iriam apreender os elementos teóricos da conspiração se, em sua maioria, não sabiam ler e/ou escrever? Suas bases seriam unicamente as falas dos “homens de consideração”? Se estamos falando de um projeto de construção de uma sociedade mais igualitária, por que não adentrar efetivamente no universo da escrita, visto de forma tão prestigiada pela sociedade colonial brasileira, sobretudo a partir do século XVIII?

Durante o processo da devassa de sedição da *Conspiração dos Alfaiates*, foram muitas as apreensões feitas de manuscritos com cópias, em sua maioria traduzidas, de livros teóricos sobre a Revolução Francesa. Como tais indivíduos as adquiriram? Através dos profissionais da escrita, identificados nos *autos* como os *homens que viviam de escrever*? Ou, na realidade, foram eles mesmos quem os copiaram? Mesmo que não os tenham efetivamente reproduzido, por que esses homens e mulheres cobiçavam possuir tais manuscritos? Para lê-los? Não há respostas claras para tais questionamentos, mas não podemos deixar de lado o fato da intensa presença da escrita no movimento que compôs essa sedição.

Os números levantados por Moreno (2019), mesmo sendo ínfimos, quando comparados à densidade populacional parcialmente mensurada para época, são extremamente elucidativos. Segundo ele, o conjunto de 264 indivíduos que se apresentaram para depor e/ou foram convocados para acareações, pode nos revelar expressivos dados sobre os índices de alfabetismo na Salvador de finais do século XVIII. Isso porque, de um total de 264 indivíduos,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

230 assinaram os *autos* após seu testemunho perante o notário, representando um total de 87.5% de assinantes. Se levarmos em consideração a afirmativa de Antônio Houaiss (1985), por exemplo, de que somente 0.5% da população brasileira, pelo menos até o final do século XVIII, era letrada, os números gerais são minimamente intrigantes para a cidade de Salvador, já que apenas 34 depoentes não assinaram seu testemunho, representando cerca de 12.5% do número total analisado.

Dos 264 testemunhos, 249 (94%) foram de homens e 15 (6%) de mulheres. Entre os homens, temos um número extremamente alto de assinantes, representado por 91% do total. Entre as mulheres, encontramos somente uma assinante de um conjunto de 15. Podemos observar que os homens identificados como brancos ou pardos representam a maior parcela de indivíduos que depuseram diante dos notários responsáveis pelo referido processo de devassagem, com 217 depoimentos, correspondentes a 87% do total. Destes, 94% dos brancos e 93% dos pardos assinam seus testemunhos. De forma contrária, os crioulos – ou seja, negros nascidos no Brasil –, os pretos – no caso específico, os africanos – e os cabras, apesar de corresponderem a um número relativamente pequeno do conjunto total de indivíduos envolvidos nos *Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates*, representam o contingente de maioria não assinante. Tais dados nos revelam a existência de dois grupos distintos de indivíduos, quando analisamos a competência de assinar autograficamente os depoimentos: os brancos e pardos de um lado e os africanos, negros brasileiros e cabras de outro. Ou seja, os mestiços, basicamente a partir da segunda geração, parecem representar um importante contingente que, principalmente nas cidades, tem um alto número de indivíduos inseridos no universo da cultura escrita, juntamente com os ditos brancos.

Realidade semelhante é a da devassa da Inconfidência Mineira. Moreno (2019) pontua que, dos 189 indivíduos que depuseram perante os notários responsáveis pelo referido processo, 181 firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, representando um percentual de 95%. Como ocorreu nos dados analisados nos *autos da Conspiração dos Alfaiates*, os homens representam a maioria dos indivíduos presentes no referido processo, havendo apenas um conjunto de oito mulheres no total dos envolvidos na *Inconfidência Mineira*. Destes 181, 176 homens assinaram seus depoimentos, representando um percentual de 97%. Esse dado se aproxima muito da realidade encontrada no conjunto dos elementos mensurados sobre Salvador e Recôncavo Baiano, cujo percentual de indivíduos do sexo masculino que assinaram seus depoimentos foi de 91%. Entre as mulheres, temos um dado um pouco diferente do encontrado na *Conspiração dos Alfaiates*: das oito mulheres, cinco firmaram suas assinaturas após seus testemunhos, representando um percentual de 62%. Tal situação é bastante divergente da encontrada por Moreno (2019) para Salvador, em que somente temos uma única mulher *assinante*, com um percentual de aproximadamente 7%.

Sobre a cor de tais homens, dos 181 que testemunharam, somente 24 apresentam sua cor explicitada. Entre os brancos, temos nove *assinantes*, com um percentual de 90%. Entre os pardos, temos doze assinantes, com um percentual de 92.3%. Houve, ainda, um crioulo, que assinou seu depoimento. Foi possível observar também um preto (de origem africana) que não

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

assinou. Contudo, 157 homens não tiveram sua cor explicitada. Destes, 154 firmaram suas assinaturas após seus depoimentos, representando um percentual de 98.1%. Em relação a este último aspecto, provavelmente, por ser a cor branca o dado não marcado, tais indivíduos sejam igualmente brancos, apesar de sabermos que os chamados “brancos brasileiros” serem, em sua maioria, mestiços de origem mameluca ou afrodescendente de gerações mais antigas. Sendo assim, quando agrupamos os brancos com os que não tiveram sua cor identificada, temos o número de aproximadamente 90% de assinantes. Ou seja, como ocorre nos dados mensurados dos autos da *Conspiração dos Alfaiates*, os dois grupos significativos de firmantes, na variável *cor*, são os brancos e pardos, como no caso dos autos da *Inconfidência Mineira*.

Para além destas, há ainda a questão da devassa da *Revolta dos Letrados*, ocorrida em 1794. Não se compoem como uma sedição nos moldes de um levante arquitetado, como observamos para os outros casos aqui apontados por Moreno (2019), no seio de uma Sociedade Literária, na qual muitas obras eram lidas e discutidas, e muitos escritos eram produzidos, diversos temas proibidos circularam entre os associados, principalmente quando tratavam das ideias iluministas que insistiam em circular. No seio dessa instituição, as personagens principais para a composição da forjada insurreição seriam justamente a leitura e a escrita, pois, por causa delas, foram feitas as denúncias sobre um possível movimento sedicioso que estava a se formar. Como as feridas da Inconfidência Mineira ainda estavam abertas, pois a condenação de seus envolvidos tinha sido recentemente concretizada, culminando, inclusive, no esartejamento de um dos seus representantes, em 1792, as organizações que debatiam assuntos proibidos eram fortemente combatidas, não sendo diferente com a que foi fundada por Manuel Avarenga.

Na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, além de notarmos uma intensa atividade de leitura e de discussão de obras diversas, realizadas em sessões plenárias, como indica seu estatuto, também observamos uma grande produção de escritos, os quais, inclusive, passavam pelo crivo de revisores quando algum associado não escrevesse nos moldes normativos do português de então. Dessa forma, é visível que essa instituição contribuiu fortemente para a circulação da escrita entre os homens que eram associados a ela, colaborando, também, com a formação intelectual de muitos que ali estavam.

Porém, para se associar, o candidato precisaria conhecer a escrita para que pudesse acompanhar o andamento dos trabalhos desenvolvidos na Sociedade. Assim sendo, muitos indivíduos, vendo nesta instituição uma escada para ascender socialmente, poderiam ter buscado formas para se alfabetizar, com o objetivo de tentar ser aceitos como sócios, entrando para o rol dos chamados intelectuais da época. Uma possível evidência dessa questão seria a diversificação dos perfis sociológicos encontrados para os sujeitos que foram envolvidos no processo investigativo dessa forjada sedição, pois, como aponta Moreno (2019), apesar de termos um grande quantitativo de portugueses, muitos dos indivíduos que compunham os dados dos autos da *Revolta dos Letrados* eram oriundos de camadas sociais mais baixas. Além disso, é possível dizer ainda que o perfil de letrado não necessariamente tinha relação direta com o perfil dos homens pertencentes à elite econômica da época.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Diante de tais números, há a possibilidade de se identificar uma difusão da escrita entre mestiços de origem afrodescendente, principalmente durante o século XVIII, que, envoltos em um contexto urbano e semiurbano, adquiriram a escrita em língua portuguesa como elemento de ascensão numa sociedade extremamente marcada pela segregação dessa parcela populacional. Não podemos afirmar que, nos contextos rurais, a escrita esteve totalmente ausente entre essas personagens, pois, apesar de a economia agroexportadora desfavorecer uma mobilidade social entre negros e pardos, os poucos escravizados das casas grandes já tinham minimamente um contato com a cultura escrita, principalmente quando tratamos daqueles criados junto aos filhos dos senhores, como apontado por Oliveira (2006).

Sendo assim, como foi possível perceber, os **movimentos de inconfidência** podem nos dar uma margem quantitativa parcial, a partir do contexto macroscópico e compósito da assinatura, para entendermos como estava difundida socialmente a escrita no Brasil Colonial e pós-colonial, pois foram inúmeras as sedições, intentadas e concretizadas, nesse período, em nosso país. Um elemento que corrobora essa assertiva são os resultados obtidos para os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, que se apresentaram extremamente próximos aos encontrados para a **Conspiração dos Alfaiates**.

Para além do contingente indígena e africano e, conseqüentemente, de seus descendentes, ainda precisamos pontuar o elemento imigrante, que se fez presente a partir do século XIX em nosso país. Estes chegam ao Brasil, alocando-se basicamente nas regiões sul e sudeste, organizando-se principalmente em comunidades étnicas, com o objetivo de preservar suas especificidades culturais e religiosas. Segundo Kreutz (2000, p. 348),

Substituindo o trabalho escravo e com dificuldade para obter o direito à naturalização... [os colonos estrangeiros]... foram os que tiveram as iniciativas mais marcantes quanto à manutenção de especificidades culturais como idioma, organizações religiosas, associativa e escolar. Porém, é mais característica do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX a formação de instituições comunitárias para a manutenção da tradição cultural especialmente entre imigrantes de áreas rurais nos estados do sul. As escolas étnicas foram marcantes nesse contexto e período histórico. No entanto, são frutos apenas da preocupação de imigrantes com a sua tradição cultural. Parte dos imigrantes provinham de forte tradição escolar em seu país de origem, era alfabetizada e cônica da importância da escola, porém, não encontrando escolas públicas nem muitas perspectivas para serem atendido seu pleito, os imigrantes puseram-se a organizar uma rede de escolas comunitárias.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Tais imigrantes, excetuando-se os portugueses que aqui aportaram no século XIX, estavam, em menor ou maior grau, em contato com a língua portuguesa, contudo, por se organizarem em comunidades étnicas, sua educação escolar se restringia, dentre outros contextos, ao ensino de sua língua materna, fonte primordial de preservação de sua identidade cultural. Contudo, como é sabido, com a universalização do ensino, a partir da década de 1930, as escolas étnicas foram destituídas e incluídas ao ensino básico regular brasileiro, que tinha como obrigatório o ensino de língua portuguesa. Ou seja, alemães, italianos, poloneses, espanhóis, japoneses, dentre outros, e seus respectivos descendentes foram inseridos de forma obrigatória no universo da língua portuguesa, pelo menos aqueles em idade escolar, inclusive no que diz respeito a sua cultura escrita. Dessa maneira, esse contingente, que formará, conjuntamente com os indígenas remanescentes, o multilinguismo localizado do Brasil – pois, no século XIX, o português já estava difundido por quase todo território nacional, segundo Mattos e Silva (2004) –, terá inserido em seu contexto a difusão da língua e da escrita em português. Essa temática é objeto de inúmeras pesquisas, as quais são desenvolvidas principalmente em universidades da região sul do país.

Diante de tais elementos, as pesquisas desenvolvidas no âmbito da história da difusão social da escrita no Brasil parecem ser extremamente relevantes, pois podem nos oferecer subsídios sócio-históricos para entendermos como se deu o processo de constituição da chamada norma culta brasileira, um dos polos da realidade sociolinguística de nosso país, segundo Lucchesi (2015). Inúmeros pesquisadores relatam que essa história está diretamente atrelada ao universo letrado e ao contexto da escolarização. Por isso, investigações que se debruçam sobre essa questão se fazem necessárias para que possamos apreender, de forma aproximada – pois é assim que todo trabalho historiográfico se manifesta – a realidade sociolinguística histórica de nosso país.

Sendo assim, trataremos da tese da polarização sociolinguística do Brasil, defendida por Lucchesi (2015), com o objetivo de identificar como o referido pesquisador discute o processo de difusão da língua portuguesa e, conseqüentemente, da formação dessa realidade polarizada. Apesar de estar fundamentada em aspectos teóricos, históricos, socioeconômicos, ideológicos e empíricos, abordaremos somente os subsídios sócio-históricos que possam contribuir para o entendimento do que estamos nos debruçando: a difusão social da escrita no Brasil.

1.1 Aportes para o entendimento da polarização sociolinguística do Brasil: alguns subsídios sócio-históricos

Os dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, indicam que 9,6% da população brasileira encontra-se analfabeta. Tais números representam uma realidade ainda extremamente preocupante quando tratamos de um país cujas condições socioeconômicas segregam aqueles que não sabem ler e escrever e,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

consequentemente, desconhecem a variante linguística concebida como culta e autorizada pelas elites da sociedade brasileira. Esse fato contribui de forma preponderante para o entendimento da realidade sociolinguística do país, extremamente polarizada em duas grandes normas, uma culta, apreendida e consolidada pelas camadas sociais mais abastadas, e outra popular, surgida do intenso contato linguístico ocorrido durante os séculos de colonização no Brasil, como propõe Lucchesi (2015).

Grande parte das pesquisas realizadas indicam que o nosso país sempre esteve mergulhado numa realidade de analfabetismo generalizado, fato este, inclusive, utilizado como argumento primordial para indicar que a chamada variante prestigiada do português do Brasil pertence a uma pequena parcela da população que teve acesso ao universo da escrita e da educação formal. Contudo, essa parcela não era constituída somente por brancos portugueses e seus descendentes brasileiros, como vimos anteriormente, pois a cultura escrita também chegou, mesmo que de forma restrita, aos outros contingentes étnicos da sociedade brasileira em formação, principalmente em centros urbanos e semiurbanos. Sendo assim, as pesquisas sobre a história da difusão social da escrita no Brasil podem contribuir substancialmente para o entendimento da formação de uma realidade polarizada, quando pauta a questão da constituição da norma de prestígio, cujo principal vetor de difusão era a escrita, ensinada principalmente, mas não somente, nas escolas. Esse aspecto fica evidente quando avaliamos a proposta da polarização sociolinguística do Brasil, engendrada por Dante Lucchesi (2015).

Em *Língua e Sociedade Partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*, retomando pesquisas desenvolvidas no âmbito do *Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*, Lucchesi (2015) propõe um novo espectro sobre o processo de formação do português brasileiro, com o objetivo de demonstrar historicamente a constituição da realidade de polarização do Brasil. Ele aponta que, diferentemente de como indicam alguns pesquisadores, o multilinguismo generalizado no país perdurou até aproximadamente finais do século XVII, quando se dá a destruição do Quilombo de Palmares e quando são descobertas as minas de ouro e diamantes nas *Minas Geraes*. Isso acontece porque, segundo ele,

Esse cenário de multilinguismo generalizado começou a arrefecer no período seguinte, que se estende dos últimos anos do século XVII até o início do XIX, com um expressivo avanço da língua portuguesa, que resultou do vertiginoso crescimento demográfico da América Portuguesa; devendo-se destacar que, entre 1700 e 1800, a população do Brasil registrou o seu maior crescimento em termos relativos de todos os séculos, superando até o crescimento experimentado ao longo do século XX. No primeiro período, a população brasileira passou de cerca de 300 mil indivíduos para aproximadamente 3,3 milhões de indivíduos – um crescimento da ordem de 11 vezes; enquanto a população do país passou de pouco mais de 17 milhões, em 1900, para cerca de 170 milhões, em 2000; crescendo, portanto, 10 vezes (IBGE, 2000: 221). A multiplicação da população do Brasil ao longo do século XVIII deve-se, sobretudo, ao estupendo afluxo de colonos portugueses atraídos pela

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

perspectiva do enriquecimento rápido que a descoberta das minas de ouro e diamantes descortinou, juntamente com o enorme crescimento da importação de escravos para atender às demandas por mão de obra da mineração. Estima-se que tenham vindo para o Brasil no período pelo menos 300 mil colonos portugueses de todos os estratos sociais, enquanto a importação a anual de escravos passou de uma média anual de 7 mil indivíduos, nas últimas décadas do século XVII, para cerca de 15 mil ao longo do século XVIII (IBGE, 2000, 223) (LUCCHESI, 2015, p. 86-87).

Como é possível observar, em finais do século XVII, já torna-se visível o início das transformações da configuração da realidade sociolinguística da colônia, pois a polarização que existia entre a língua portuguesa e as demais línguas – línguas indígenas, *línguas gerais* e línguas africanas – começa a se desfazer em detrimento do avanço da língua portuguesa no território brasileiro. Tal progressão se deu a partir de duas *grandes ondas de lusitanização*, fatos importantes para a consolidação do português em nosso país. Não obstante, com a consolidação paulatina da língua portuguesa, a constituição de uma outra realidade radical de polarização torna-se evidente, pois a grande maioria populacional do país, que a adquiriu num contexto de *transmissão linguística irregular*, falava uma variedade bastante modificada da faceta europeia e, também, diferenciada da que era concebida como prestigiada e falada pela elite brasileira, extremamente relacionada com o universo da escrita.

Sobre a **primeira grande onda de lusitanização**, ele nos diz que

Esse maciço povoamento do sudeste brasileiro por colonos portugueses e seus escravos africanos promoveu um avanço da língua portuguesa sobre a língua geral paulista, embora a língua geral de base tupinambá ainda predominasse na província do Grão-Pará – ao que o governo português respondeu, em 1758, com um decreto que proibia o seu uso nessa região. A língua portuguesa também avançava no nordeste para o Sudeste através do curso do rio São Francisco, em função do avanço da pecuária na Bahia, que buscava o grande mercado consumidor das **Minas Geraes**. A riqueza extraída das minas também promoveu o primeiro surto de urbanização, liderado pela cidade de Vila Rica de Ouro Preto, cuja população chegou a cerca de 100 mil habitantes no período. **Essa cultura urbana e letrada produziu uma primeira variedade do português brasileiro, diferenciada da língua que seguia o seu devir próprio em Portugal** (LUCCHESI, 2015, p. 87) (grifos nossos)

Contudo, esse avanço não desfez a radicalidade da polarização que existia, pois, ainda nesse momento, a língua portuguesa tinha convívio com línguas francas africanas utilizadas pela população escravizada. Para mais, algumas “variedades pidginizadas e crioulizadas da língua portuguesa provavelmente continuavam a vicejar, sobretudo nos quilombos que se

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

formavam, fora da influência cultural e linguística lusitana” (LUCCHESI, 2015, p. 87). Nas cidades, constituía-se uma variedade do português brasileiro, falada pela elite e compartilhada, em certos contextos – por não se ter concretudes do uso e do avanço desta em meio a esses indivíduos –, com brancos podres e mestiços que ocupavam as zonas urbanas. Estes também sabiam ler e escrever? Os dados levantados por nós, mesmo que parciais, parecem dizer que alguns deles tinham uma relativa intimidade com a escrita. Entretanto, é possível dizer que há uma relação direta entre conhecer a escrita e ter conhecimento efetivo da norma de prestígio em formação nas cidades? Esta é uma questão que nos inquieta.

Sobre a **segunda grande onda de lusitanização**, o pesquisador explicita que esta, muito intensa e profunda, “teve início com a fuga da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808. As grandes transformações econômicas, sociais e culturais que esse fato desencadeou culminaram na independência política do Brasil, em 1822” (LUCCHESI, 2015, p. 87). Essa **grande onda** consolidou as transformações que vinham ocorrendo desde a descoberta das **Minas Geraes**, pois, além do quantitativo de portugueses que aqui chegou, tinha-se, naquele momento, o referencial de língua socialmente autorizada que, segundo a lógica de dominação colonial, deveria ser ‘incentivada’ em seu uso em detrimento daquelas falas desenvolvidas nas zonas rurais e manifestadas por negros escravizados. Entretanto, segundo Lucchesi (2015, p. 117), os mestiços já representavam o

[...] *continuum* que ligava essas variedades profundamente alteradas da língua portuguesa ao português das elites brancas (incluindo-se também nesse continuum os brancos dos estratos sociais mais baixos). Não se pode precisar a proporção de mestiços que falavam variedades mais próximas do português das elites e daqueles outros que falavam variedades mais alteradas. Porém, considerando-se os números da urbanização e da escolaridade da época, pode-se inferir, com muita segurança, que os primeiros eram bem minoritários.

Contudo, segundo ele, a realidade sociolinguística contemporânea do Brasil começa efetivamente a se desenhar a partir da década de 1930, pois, com o processo de industrialização, a sociedade brasileira começa a se tornar paulatinamente urbanizada, alterando efetivamente a configuração que se manifestava no Período Colonial e Imperial. Desde o primeiro surto de urbanização do país, durante o século XVIII, devido ao surgimento das cidades mineiras e ao intenso afluxo de portugueses, perpassando-se pelas reformas que a Corte, a partir de 1808, promoveu, por fazer do Brasil a capital do Império português, é possível observar as metamorfoses que levaram o país a deixar de ser eminentemente rural para se tornar eminentemente urbano. Porém, esse processo não ocorreu abruptamente.

Em finais do século XIX, o analfabetismo atingia a maior parte da população brasileira, que estava principalmente no campo e que, em se tratando dos contingentes de afrodescendentes abolidos do sistema escravocrata em 1888, ficou condenada à pobreza e à marginalidade (LUCCHESI, 2015). Segundo ele,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Em 1890, dos 14.333.915 habitantes do Brasil, apenas 976.038 viviam nas cidades, o que corresponde a 6,8% o total. Ou seja, mais de 90% da população do país vivia no campo. Além disso, o nível de letramento era baixíssimo, e o de analfabetismo na população com mais de 5 anos era superior a 82%, proporção semelhante à do censo de 1872 (LUCCHESI, 2015, p. 117).

Já em 1920,

[...] a população urbana mal passava de 10% do total (3.287.448 cidadãos em um total de 30.635.605 habitantes), e o analfabetismo alcançava quase três quartos do total da população com mais de 5 anos de idade (18.549.085 de analfabetos em um total de 26.042.442 habitantes, o que equivale a 71,2% do total) (LUCCHESI, 2015, p. 118-119).

Apesar de, no início do século XX, a população brasileira ainda estar, em sua grande maioria, nas zonas rurais, com as mudanças políticas desenvolvidas no Governo Vargas, a partir do início do processo de industrialização do Brasil, essa configuração começa a se transformar, levando, como já apontado, a população paulatinamente para as cidades. É nas zonas urbanas que iremos encontrar a composição da chamada polarização sociolinguística do português brasileiro, pois, em meio a esse processo, inúmeras variedades rurais, alocadas nas grandes cidades, irão entrar em contato e desenvolver um vernáculo comum, configurado no chamado português popular, que surgiu do intenso contato linguístico ocorrido nos Períodos Colonial e Imperial. Esse contexto **rurbano**, como diz Lucchesi (2015), a partir de Bortoni-Ricardo (2005), corresponde às manifestações linguísticas urbanas, constituídas historicamente nas zonas rurais, que, no cenário geral das cidades, serão desprestigiadas em detrimento de uma norma culta, formada a partir do comportamento linguístico da elite brasileira dita letrada, que se volta para aos padrões luzitanizantes da língua. Entretanto, a chamada norma culta apresenta incongruências em relação à norma linguística institucionalizada de avaliação do uso da língua, conhecida como norma padrão, pois existem muitas contradições que permeiam sua formação histórica (LUCCHESI, 2015). Tais contradições assentam-se principalmente sobre o contrassenso da valoração da norma lusitana como referência de prestígio num contexto em que se forjava uma 'nacionalidade' brasileira, quando, por exemplo, no movimento romântico literário, ao falar do herói brasileiro, valia-se de padrões de escrita portugueses. Esses padrões, em muitos contextos, já não faziam parte da realidade de fala da elite brasileira, entretanto, tornaram-se o elemento basilar de referência linguística institucionalizada. Ou seja, fala-se de um padrão que já é artificial em sua emergência e que nem mesmo a própria elite alcança efetivamente. Se essa elite tem dificuldades de manifestar esse padrão linguístico lusitanizante, mesmo estando envolvida diretamente com a escrita que manifestava as normas de prestígio, muito mais dificultoso seria o caminho daquela grande maioria da população que acabara de

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

chegar das zonas rurais e que, provavelmente, não teria tido nenhum contato com a cultura escrita, seja em ambientes institucionais, seja extrainstitucionais.

Para que essa realidade se reconfigurasse, um fato extremamente importante seria a universalização da escolarização, que difundiria a norma de prestígio para toda a população, falante majoritária do português popular, conformando um nivelamento linguístico paulatino, como é possível ver na Europa Ocidental, onde já é possível observar que os oito anos básicos de escolarização foram universalizados. Segundo Lucchesi (2015, p. 89),

[...] a consequência natural da industrialização e da urbanização da sociedade brasileira seria esse nivelamento linguístico, sob o modelo da norma urbana culta, que desencadearia mudanças “de cima para baixo” na norma linguística dos segmentos populares, sobretudo nos contingentes que se deslocaram para os grandes centros urbanos, eliminando em sua fala as formas e estruturas que antigas mudanças desencadeadas pelo contato entre línguas teriam produzido em sua formação histórica.

Apesar disso, segundo ele,

[...] as características do desenvolvimento tardio e dependente do capitalismo no Brasil, fundado na superexploração do trabalho, na concentração de renda e um reduzido mercado consumidor interno, impediram que esse nivelamento linguístico atingisse o nível que seria esperado. Desse modo, a polarização sociolinguística do Brasil ainda mantém sua radicalidade, sobretudo no plano ideológico da avaliação social das variantes linguísticas, com o pesado estigma que se bate sobre as formas mais típicas da linguagem popular, que sintomaticamente são exatamente aquelas que decorrem das mudanças desencadeadas pelo contato do português com as línguas indígenas e africanas. Isso revela o caráter racista do preconceito linguístico, que constitui hoje uma das mais poderosas armas de dominação ideológica da elite socioeconômica brasileira (LUCCHESI, 2015, p. 89).

Como aponta Lucchesi (2015), esse nivelamento linguístico não atingiu o nível esperado no país, principalmente porque ainda estamos longe da universalização dos oito da educação formal, além dos altos números de analfabetos que ainda possuímos. Entretanto, a escrita está extremamente difundida pelo país e é utilizada, mesmo que de forma indireta, por quase toda a população brasileira, pois estamos imersos a uma sociedade **grafocêntrica** que se vale do escrito para formalizar os mais diversos trâmites de nossa sociedade. Como se dá essa relação entre os chamados *analfabetos funcionais* e as práticas de escrita é uma problemática de pesquisa bastante produtiva nos dias atuais e está inserida nos estudos sobre a *História da*

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Cultura Escrita no Brasil. Além disso, no âmbito da educação formal, há diversas pesquisas que discutem a relação entre a escolarização e a aquisição da norma de prestígio, fato este que, por vezes, é tratado sem nenhuma relativização, pois sabemos que o ensino de língua materna em nosso país, apesar de proporcionar o acesso ao universo da escrita e aos contextos prestigiados, não insere efetivamente a grande maioria ao contexto da dita norma culta.

Dessa maneira, é possível pontuar que uma possível aproximação entre os polos da realidade sociolinguística do Brasil talvez se dê justamente quando houver, partindo-se daqueles que forem inseridos paulatinamente ao universo escolar, a consolidação das inúmeras mudanças que configurem as normas urbanas de nosso país, pois parece que as intensas transformações linguísticas do português brasileiro estão acontecendo nas cidades. Segundo Faraco (2008, p. 63),

A sociedade industrial moderna trouxe consigo uma série grande de efeitos, redesenhando a face do mundo contemporâneo [...]. Alteradas as condições objetivas de funcionamento da sociedade, alteraram-se também as condições objetivas de funcionamento social da língua. A urbanização intensa, a expansão do sistema educacional, a formulação e difusão política do conceito moderno de cidadania e o desenvolvimento dos sistemas de comunicação social de massa deram hegemonia e ampla difusão social a certas variedades da língua, particular às variedades tradicionalmente urbanas, que passaram a exercer poderosa força centrípeta sobre as demais variedades. Não se trata de uma variedade de poucos e para poucos. Não se trata mais do exercício de um obsoleto beletrismo numa rarefeita “república das letras”. Não se trata mais de um emblema discriminatório da nobreza. A sociedade contemporânea, em toda sua complexidade, ao criar as condições que permitem amplificar a presença social de certas variedades da língua, as faz funcionar, pragmaticamente, como um elemento de relativa agregação social. Essas variedades passam a se sobrepor aos limites da comunicação caseira, da comunicação restrita ao imediato, ao local, ao regional; respondem ao desafios postos pela urbanização intensa, pela complexificação das relações sociais e pela massificação dos meios de comunicação (FARACO, 2008, p. 63).

Se levarmos em consideração que a maioria da população brasileira está nas zonas urbanas, estamos diante de uma nova realidade sociolinguística que, aos poucos, configura-se num *continuum* de variedades linguísticas, marcado por dois polos ainda visíveis, devido à enorme disparidade social que perpetua no país. Contudo, não podemos deixar de investigar, no âmbito dessas proposições, como está ocorrendo o processo de difusão social da escrita, em seus diversos contextos, pois, pelo que vimos, a língua urbana é, hoje, o principal contingente linguístico do Brasil e, como nos diz Bortoni-Ricardo (2005, p. 35), esse conceito trata de

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

[...] uma denominação genérica que inclui as diversas modalidades estratificadas da língua, usadas nas zonas urbanas, na fala e na escrita. Tais modalidades, que dependem da classe social, da profissão, da zona de residência e, principalmente, do grau de escolaridade dos indivíduos, vão desde as variedades populares que se aproximam muito dos vernáculos, até a variedade culta, empregada pelas pessoas de nível alto de escolarização e pelos meios de comunicação de massa, que segue aproximadamente os preceitos da gramática normativa.

Assim sendo, as pesquisas que se debruçam pelo viés que aqui abordamos são cruciais para entendermos a formação de nossa realidade sociolinguística, principalmente quando tratamos do período colonial, ainda carente de pesquisas empíricas sistemáticas sobre o tema. Nesse período, os centros urbanos e semiurbanos eram exponencialmente menores e possuíam uma relativa circulação de escrita, seja de foro público, seja de foro privado. Está sendo a prospecção dos inúmeros arquivos e acervos o *farol* para novas descobertas, pois, pelo que temos avaliado, nem a metade das manifestações escritas alocadas em acervos e arquivos públicos do Brasil foram efetivamente catalogadas e disponibilizadas⁵.

Para que possamos entender embrionariamente alguns aspectos teóricos e metodológicos que se enveredem por essa seara, apresentamos uma pequena amostragem.

2 ELEMENTOS PARA O ENTENDIMENTO DA DIFUSÃO SOCIAL DA ESCRITA NO BRASIL: ALGUNS ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Segundo Magda Soares (2006, p. 113-114), existem basicamente três argumentos que podem servir de base para compreendermos a necessidade e a validade de avaliar e mensurar o *letramento*. Um deles está intimamente ligado com “a utilidade dos processos de avaliação e medição para fins de comparação entre países ou entre comunidades, respondendo, assim, a uma importante preocupação nacional e internacional com o cotejo de dados econômicos e sociais”. Ou seja, por um lado, “os índices de *letramento* podem ser utilizados para avaliar e interpretar mudanças nos níveis de *letramento*/analfabetismo através dos tempos, com base nos dados de uma série cronológica de levantamentos”; por outro, “índices de *letramento* são utilizados para comparações em um determinado momento do tempo histórico, fornecendo dados para que se identifique a distribuição das habilidades e práticas de leitura e de escrita por regiões geográficas ou econômicas do mundo ou de um certo país” [grifos nossos].

Compreendendo o conceito de *letramento* como uma variável contínua e impossível de se definir comum e universalmente, pois é o *letramento* um fenômeno heterogêneo,

5 Um dos poucos casos de intensa prospecção e divulgação de acervos e arquivos é o estado de Minas Gerais.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

reconhecendo a importância de definições precisas para o processo de avaliação e mensuração, Soares (2006) diz-nos que, para alcançarmos acepções que correspondam a este tipo de procedimento, devemos nos valer de definições *operacionais*, porque, segundo ela,

Como não é possível "descobrir" uma definição indiscutível e inequívoca de letramento, ou *a melhor* forma de defini-lo, qualquer avaliação ou medição desse fenômeno será relativa, dependendo de o *quê* (quais habilidades de leitura *e/ou* escrita *e/ou* práticas sociais de letramento) estiver sendo avaliado e medido, *por quê* (para quais fins ou propósitos), *quando* (em que momento) e *onde* (em que contexto socioeconômico e cultural) se está avaliando ou medindo, e *como* (de acordo com quais critérios) é feita a avaliação ou a medição (SOARES, 2006, 115).

Assim sendo, o que é "*possível e necessário* para realizar qualquer avaliação ou medição do letramento é formular uma definição *ad hoc* desse fenômeno a ser avaliado ou medido e, a partir daí, construir um quadro preciso de interpretação dos dados em função dos fins específicos em um determinado contexto" (SOARES, 2006, p. 115-116). A partir disso, os métodos poderão ser delineados para compor as diversas investigações que se debruçam sobre a difusão social da escrita no Brasil.

Para a Era Moderna, do séc. XVI ao XVIII, a *firma*, ou *assinatura*, é uma das principais fontes de mensuração de níveis de alfabetismo. Compreendido como um conceito imerso à concepção de letramento, pois se considera que ter a habilidade de escrita, no seu estágio mais ínfimo, é estar submetido ao que se compreende de letramento como prática social das habilidades e usos da escrita e da leitura, a definição de *alfabetismo funcional* foi utilizada por alguns pesquisadores como uma definição operacional de letramento.

Em relação a essa definição e, também, à fonte *assinatura*, Roger Chartier (2004, p. 14) nos diz que "a porcentagem de signatários pode indicar muito globalmente o limite de familiaridade com a escrita alcançado por uma sociedade", pois o número de assinaturas registradas não pode representar fielmente a competência cultural particular dos níveis de alfabetismo. Por isso mesmo, propõe-nos que

[...] tal constatação não nos leva a negar as porcentagens de assinaturas pacientemente coletadas através dos séculos e dos sítios, mas apenas a avaliá-las pelo o que são: indicadores culturais macroscópicos, compostos, que não medem exatamente nem a difusão da capacidade de escrever, mais restrita do que os números indicam, nem a da leitura, que é mais extensa (CHARTIER, 2004, p. 114).

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

A partir disso, com base na formulação de Bortoni-Ricardo (2005), para tratarmos da difusão social da escrita no Brasil, precisamos lidar com uma realidade configurada num *continuum*, pois o processo de aquisição da escrita, em ambientes institucionais e extrainstitucionais, não é homogêneo e, por vezes, em tempos pretéritos, não estava diretamente associado à aquisição da variante prestigiada da comunidade “de fala” que poderá ser analisada. Por exemplo, quando tratamos da realidade do período colonial, valemo-nos da fonte *assinatura* para mensurar índices e perfis do alfabetismo, principalmente em microespaços urbanos. Apesar de a assinatura indicar um grau de *alfabetismo*, esta não indica conhecimento efetivo da norma de prestígio, principalmente se avaliarmos os perfis sociológicos coletados, por exemplo, por Lobo, Oliveira e Moreno. Quando avaliamos os métodos de coleta de dados dos censos brasileiros, esse aspecto fica ainda mais claro, pois, com o desenvolvimento censitário brasileiro, houve uma metamorfose no entendimento de alfabetizado no Brasil, deixando de ser a assinatura e a capacidade de leitura de um pequeno trecho escrito base para classificar um indivíduo alfabetizado.

Dessa maneira, numa tentativa de nos aproximarmos um pouco mais da realidade história da difusão da escrita em nosso país, propomos um *continuum* da realidade do *letramento*, com o intuito de alocar a fonte básica de tais investigações, a *assinatura*, num contexto em que possamos visualizar de forma clara os aspectos que dela podemos extrair. Vejamos:

Continuum de Letramentos

Aquisição primitiva

Aquisição funcional

Aquisição plena

A *firma*, ou *assinatura*, como fonte de pesquisa, indica primordialmente, mas não em sua totalidade, a aquisição inicial da escrita, num polo do *continuum* que indica um conjunto de elementos primitivos básicos para a prática de firmar o nome de próprio punho. Dentre as *assinaturas*, ainda é possível encontrar uma outra realidade gradativa, que pode nos auxiliar na observação dos estágios de aquisição da escrita, dentro desse universo inicial de *alfabetismo*. Vejamos:

Assinaturas alfabéticas

Assinatura Rudimentar

Assinatura Corrente

Assinatura Caligráfica

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

Assinaturas não alfabéticas

No âmbito das assinaturas, podemos encontrar dois tipos: as alfabéticas e as não alfabéticas. O primeiro tipo trata das firmas constituídas pelo código escrito a partir do alfabeto que nós conhecemos. O segundo tipo abarca as manifestações pictográficas de assinatura, feitas de próprio punho, mas que não indicam conhecimento da escrita. Essa classificação tornou-se necessária, pois, em meio aos milhares de fólhos investigados, muitos indivíduos assinaram pictograficamente, mesmo não sabendo escrever. Esta é uma manifestação simbólica que pode indicar a importância do ato de firmar o nome nos atos públicos da colônia. Entretanto, nosso foco de pesquisa centra-se sobre as assinaturas alfabéticas, as quais podem apresentar, pelo menos, três tipos distintos de manifestação gráfica. A *assinatura rudimentar* é aquela que não apresenta linearidade, manifestando-se a partir de módulos grandes, com hipo e/ou hipersegmentações. A *assinatura corrente* não apresenta tais características, e é aquela manifestada sem nenhum tipo de marca de chancelaria e/ou elementos caligráficos, como hastes e símbolos familiares. Já a *assinatura caligráfica*, além de apresentar as características da *corrente*, traz consigo tais marcas, como símbolos e outros elementos que possam indicar pertença da alta sociedade colonial. Ou seja, mesmo estando mais próxima de um limiar primitivo, as assinaturas, a partir de análises paleográficas, podem indicar estágios da aquisição da escrita de um determinado indivíduo (cf. Armando Petrucci, 1999).

Dentre os estudos dessa natureza, podemos selecionar o de Rita Marquilhas (2000), que, a partir do conceito de **alfabetização funcional** e do método do cômputo binário de assinaturas, buscou mensurar os níveis de alfabetização de Portugal nos seiscentos. Valendo-se de uma fonte seriada, datada, coesa e localizada – os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício de Portugal –, Marquilhas (2000), associando a variável *assinatura* às variáveis *sexo*, *idade*, *residência*, *data* do depoimento e *classe socioprofissional* das testemunhas, conseguiu mensurar os níveis de alfabetismo em duas perspectivas: a) uma que dava conta de contabilizar os dados por em faixas de tempo determinadas; e b) a outra que buscou observar a “evolução” diacrônica da alfabetização portuguesa no século XVII.

Diante de tais variáveis e de seu cruzamento, Marquilhas (2000) nos oferece resultados aproximativos da distribuição dos níveis de alfabetização na sociedade portuguesa seiscentista. Por exemplo, há uma relevante disparidade no número de assinantes do sexo masculino em relação às assinantes do sexo feminino. Os homens assinam aproximadamente 60% a mais que as mulheres. Outro dado está relacionado com a repartição *socioprofissional*, que, segundo ela, está intimamente ligada com a capacidade ou não de firmar a assinatura. Dividida em seis categorias classificatórias, essa variável, cruzada com as assinaturas firmadas e/ou não firmadas, diz-nos que quase 100% dos religiosos demarcam sua firma nos cadernos de promotor e nos livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Os nobres, os profissionais liberais, os oficiais administrativos, os mercadores e os familiares de inquisidores assinam aproximadamente cerca de 90% dos testemunhos analisados. Os ofícios subalternos apresentam um número em torno de 50% de assinantes. E os criados, jornaleiros, braceiros,

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

aprendizes, soldados, escravos, trabalhadores, pescadores e mendigos assinam cerca de 20% (MARQUILHAS, 2000, p. 123). Em relação à evolução diacrônica, podemos perceber que, diferentemente do que se espera, o número de assinantes decresce timidamente entre os extremos do século XVII.

Para alcançar esses dados, Rita Marquilhas (2000) valeu-se de uma fonte coesa, datada, seriada e localizada: os cadernos de promotor e os livros de denúncia da Inquisição do Santo Ofício. Conhecidos por *livros de devassa*, ela nos diz que

Desde finais do século XVI que a visitação pastoral dos bispados, como forma de vigilância dos pecados públicos, foi alvo de normalização em constituições diocesanas, regimentos do auditório eclesiástico e instruções aos visitadores, em obediência à definição tridentina da reforma católica que teria necessariamente de passar pelo rigoroso controlo do comportamento moral dos fiéis. Ora, segundo o texto destas regulamentações, umas mais explícitas que outras, é possível saber-se que os paroquianos interrogados pelo visitador sobre os pecados públicos de seu conhecimento deviam ser nomeados *ao acaso*, a partir do rol dos confessados, devendo representar, paralelamente, a faixa social mais anônima e toda a amplitude geográfica da paróquia visitada. Suporte de milhares de depoimentos assinados por uma amostra bem diferenciada de população, os livros de devassa revelam-se assim fonte ideal para a constituição de um *corpus* significativo sobre o qual possa incidir uma medição da capacidade para assinar durante o Antigo Regime (MARQUILHAS, 2000, p. 95).

Assim sendo, podemos depreender, a partir das reflexões sobre a história do alfabetismo e o método quantitativo de Attilio Bartoli Langeli (1996), que, para ser compreendido como dado sociológico e demográfico, o alfabetismo deve ser o resultado da soma de múltiplos alfabetismos individuais, pois, somente assim, pode resultar mensurável. Portanto, o material de base do historiador do alfabetismo consiste em séries homogêneas e continuadas de indicadores diversificados das habilidades individuais. Na prática, trata-se de uma série de firmas (assinaturas), como se encontram, por exemplo e sobretudo, nos registros de estado civil; ou bem, em determinados países, em declarações subscritas por coletividades completas. Ou seja, a fonte *livros de devassa*, pelo que viu Rita Marquilhas (2000), é ideal para quem pretende investigar a distribuição de níveis de alfabetização a partir da distribuição da capacidade de assinar e/ou não assinar, pelo menos para as sociedades nas quais a Inquisição do Santo Ofício esteve instalada.

No Brasil, as visitas inquisitoriais se fizeram presentes durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Como em Portugal, e também em Espanha, foram constituídos *livros de devassa* para a averiguação dos pecados públicos. Só que, aqui, além dos cadernos de promotor e livros de denúncia inquisitoriais, as chamadas **devassas** ganharam outras corporificações que vão além

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

do cunho religioso, as quais foram utilizadas de forma bastante produtiva pela administração colonial (cf. MORENO, 2019).

Para esse tipo de investigação, Rita Marquilhas (2000, p. 88-91) nos propõe que devemos levar em consideração os seguintes aspectos teórico-metodológicos:

1. Definir um *conceito de alfabetização* adequado à *metodologia da contagem de assinaturas*.
2. Selecionar fontes onde figurem microcosmos de subscritores verossímeis enquanto representantes da sociedade sua contemporânea.
3. Respeitar os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar.

Sobre o primeiro aspecto, Marquilhas (2000, p. 88-89) se vale do conceito operacional de *alfabetização funcional* quando utiliza a metodologia de contagem de assinaturas. Segundo ela,

Se nas etapas de ensino primário se aprendia primeiro a ler e só depois a escrever, então a fase em que já se sabia assinar, mesmo que pouco mais se conseguisse escrever, era uma fase intermediária, mas que já permitia a participação activa na vida pública e nas relações sociais.

Consideramos que o conceito utilizado pela renomada pesquisadora não está consoante com o tipo de investigação tratada, pois, a nosso ver, o termo *alfabetização* remete ao processo de aquisição de escrita e não à difusão e distribuição do alfabetismo nas sociedades grafocêntricas. Para mais, até mesmo a própria noção de *funcional* é problemática, pois pode angariar outras conotações que se distanciam efetivamente das realidades sociais analisadas. Um exemplo disso está manifestado claramente por Magda Soares (1995, p. 10) quando resgata a concepção de *alfabetismo funcional* utilizada pela UNESCO. Tal acepção é definida como o “conjunto de habilidades e conhecimentos que tornam um indivíduo capaz de participar de todas as atividades em que a leitura e a escrita são necessárias em sua cultura ou em seu grupo”.

Consideramos que, para tempos pretéritos, essa proposta de *funcionalidade* obviamente não é viável, pois não há como resgatar quais teriam sido todas as atividades manifestadas pela **cultura escrita** nas diversas sincronias do passado. Na realidade, de uma maneira muito mais indiciária, nos aproximamos de um certo número de atividades, apontadas por diversos pesquisadores, mas somente através de métodos que nos deem uma noção macroscópica dos diversos contextos analisados.

Sobre o segundo aspecto pontuado por Marquilhas (2000), consideramos de suma importância estarmos diante de uma documentação que nos oferece um universo relativamente coeso de variáveis para que possamos construir os perfis sociológicos dos que firmam ou não firmam suas assinaturas no universo dos testemunhos em observação. Segundo

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

ela mesma trata,

É preciso, logo de início, que cada subscritor seja inequivocamente identificado quanto à idade, proveniência geográfica e pertença a uma classe socioprofissional. É preciso também que os leques social, cronológico e geográfico do objeto histórico cujos níveis de alfabetização se pretende conhecer, poucas distorções sofram ao aflorarem nos documentos (MARQUILHAS, 2000, p. 89).

Além de apresentar um universo relativamente coeso, seriado, datado e localizado, a “seleção das fontes está [...] inexoravelmente presa às vicissitudes documentais de cada sociedade, bem como aos diferentes panoramas arquivísticos nacionais” (MARQUILHAS, 2000, p. 90). Por isso mesmo, é de suma importância que o pesquisador que se debruce nesse tipo de investigação tenha um preparo não só filológico, mas também arquivístico para lidar com a prospecção de acervos públicos e privados, em busca de séries documentais que possam ser utilizadas para reconstruir “histórias parciais” da difusão social da escrita em nosso país.

Sobre o último aspecto metodológico apontado por Rita Marquilhas (2000, p. 91), quando trata da ideia de respeitar “os estudos feitos para realidades social, geográfica e cronologicamente vizinhas da que se pretende estudar”, avaliamos que é extremamente relevante para esse tipo de pesquisa levar em conta as investigações que já foram realizadas, e que nos possam oferecer uma visão panorâmica do espaço-tempo que será avaliado. Sendo assim, tanto estudos históricos como também demográficos, antropológicos e etnográficos serão de grande valia para circunscrever o universo dos escreventes postos em observação.

Tratando especificamente da terminologia empregada nesse tipo de investigação, o uso do termo **alfabetismo** representou, como muitos pesquisadores já pontuaram, uma novidade terminológica diante da realidade de analfabetismo que marcou a história do Brasil. Justamente por isso, muitos pesquisadores, como Magda Soares (1995), buscaram contextualizar essa percepção, definindo-o, por exemplo, em duas acepções, que manifestavam o caráter *individual* e *social* desse fenômeno. Mas esse termo foi substituído paulatinamente por *letramento*, que apareceu pela primeira vez em 1986, em *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*, de autoria de Mary Kato. Este último se manifestou como uma tradução do termo *literacy*, realizada pela referida autora, tentando oferecer uma visão mais ampla ao universo do escrito, pois, pelo que se percebeu, o termo *alfabetismo* não conseguiria abarcar as inúmeras práticas sociais e individuais das manifestações da *cultura escrita*.

Sendo assim, estamos diante de dois termos, que, por vezes, se confundem e são usados como sinônimos. Mas há ainda um outro problema: a utilização do termo **alfabetização** como correlato direto da concepção de **alfabetismo** e/ou **letramento**. Na realidade, isso acontece, pelo que percebemos, porque o termo **letramento** só é utilizado efetivamente no Brasil, não sendo mencionado nas investigações portuguesas, por exemplo. Devido a isso, consideramos

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

que, se não houver uma delimitação clara do que se depreende de tais definições, as investigações sobre tais fenômenos estarão ainda mais passíveis de críticas negativas.

Diante dos elementos discutidos nesse texto, podemos pontuar as seguintes questões:

- a) A difusão social da escrita é uma seara de pesquisa extremamente relevante para a reconstrução programática da história do português brasileiro, quando tratamos de sua história social, pois, pelo que foi possível pontuar, este é um aspecto fundamental para o entendimento da formação de nossa realidade sociolinguística;
- b) A partir dos números levantados por Lobo, Oliveira (2012) e Moreno (2019), provavelmente havia uma polarização, no início da colonização, entre brancos e mamelucos, de um lado, e cativos negros africanos ou nascidos no Brasil de outro, no que diz respeito à difusão da escrita, como apontam os dados levantados. Quando avaliamos os números para o século XVIII, essa polarização se dilui drasticamente, pois os mestiços, de origem afrodescendente, principalmente a partir da segunda geração, parecem ter a escrita relativamente difundida em seu universo. Contudo, tais dados tratam de uma realidade urbana ou semiurbana no período colonial, momento em que a maioria populacional do território estava nas zonas rurais.
- c) O Brasil contemporaneamente é um país eminentemente urbano e, por isso, manifesta uma realidade de língua essencialmente urbana em seu contexto majoritário, inclusive os contextos chamados de **rurbanos**. Como pontua Bortoni-Ricardo (2005), a cultura escrita é uma das personagens principais dessa realidade e, por isso, deve ser objeto de investigações que possam nos aproximar de suas práticas, socialmente autorizadas ou não, e de sua difusão social, tanto histórica quanto contemporaneamente.

Referências

BORTONI-RICARDO, Stella Maris (2005). **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial.

RODRIGUES, Aryon (2006). As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.) (2006). **Quinhentos Anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Coleção Apoio.

CASTILLO GÓMEZ, A. e SAEZ, C. (1994). Paleografia versus alfabetización: Reflexiones sobre historia social de la cultura escrita. **Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita**, 1: 133-168.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

- CASTILLO GÓMEZ, Antonio (2003). Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, janeiro/junho, p. 94-124.
- CHARTIER, Roger (2004). As práticas da escrita. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. (Orgs.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. 1 ed., 11 reimpr. São Paulo: Companhia das Letras. p. 113-161.
- FARACO, C. A. (2008). **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (2010). Histórias das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: CARVALHO, Gilcinei Teodoro; MARILDES, Marinho (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 218-248.
- GANDRA, Ana Sartori (2010). **Cartas de amor na Bahia do século XX: normas linguísticas, práticas de letramento e tradições do discurso epistolar**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal da Bahia.
- HOUAISS, Antônio (1985). **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIBRADE.
- KREUTZ, Lúcio. Educação de Imigrantes no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- LANGELI, Attilio Bartoli (1996). Historia del alfabetismo y método cuantitativo. *SIGNO*, **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, n. 3, Universidad de Alcalá de Henares, p. 87-106.
- LOBO, Tânia (2009). Arquivos, acervos e a reconstrução histórica do português brasileiro. In: OLIVEIRA, Klebson; SOLEDADE, Juliana; FERNANDES, Hirão (Orgs.). **Do português arcaico ao português brasileiro: outras histórias**. Salvador: EDUFBA, p. 305-327.
- LUCCHESI, Dante (2015). **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística no Brasil**. São Paulo: Contexto.
- LOBO, Tânia; OLIVEIRA, Klebson (2012). Aos olhos da Inquisição: níveis de alfabetismo na Bahia em finais de quinhentos. In: OLIVEIRA, Klebson; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Orgs.). **Várias navegações: português arcaico, português brasileiro, cultura escrita no Brasil, outros estudos**. Salvador: EDUFBA.
- LOBO, Tânia (2016). The social history of Brazilian Portuguese. In: KABATEK, Johannes; SIMÕES, José da Silva; WALL, Albert. [Manual of Brazilian Portuguese Linguistics](#). Berlin: Mouton de Gruyter. No prelo.
- MARQUILHAS, Rita (2000). **A faculdade das letras: leitura e escrita em Portugal no século XVII**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1998). Idéias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. Volume I: primeiras idéias. São Paulo: Humanitas. p. 21-52.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). **Ensaio para uma sócio-história do português**

 DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 – Alfenas/MG – CEP 317131-001 – Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

brasileiro. São Paulo: Parábola.

MORENO, André Luiz Alves. **Escrita (In)surgente:** distribuição social da escrita em conjunturas sediciosas do Brasil de finais do período colonial. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Universidade Federal da Bahia, 2019.

MUSSA, Alberto (1991). **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ROSSI, Nelson (1965). **Atlas prévio dos falares baianos:** introdução, questionário comentado, elenco das respostas transcritas. Rio de Janeiro, MEC/INL.

OLIVEIRA, Klebson (2006). **Negros e escrita na Bahia do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo lingüístico.** Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 4 v.

PETRUCCI, Armando (1999). **Alfabetismo, escritura, sociedad.** Barcelona: Gedisa.

PETRUCCI, Armando (2003). **La ciência de la escritura: primera lección de paleografía.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina.

REIS, João José (1997). Identidade e diversidade étnicas nas irmandades no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3. p. 7-33.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. (1986) **Línguas Brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola.

SILVA NETO, Serafim (1976 [1950]). **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: Presença.

SOARES, Magda (2006). Letramento: como definir, como avaliar, como medir. In: SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2 ed, 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica.

TARALLO, Fernando (1994). **A Fênix finalmente renascida.** Boletim da ABRALIN, n. 6, p. 95-103.

Recebido em: 27/02/2021

Aceito em: 26/10/2021

Publicado em: 21/12/2021

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas

Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras

Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil

<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

**FOR A LINGUISTIC SOCIAL HISTORY OF BRAZIL: ELEMENTS TO UNDERSTAND THE
SOCIAL DISSEMINATION OF WRITING IN THE COLONIAL PERIOD**

André Luiz Alves Moreno
Universidade Federal da Bahia
(amoreno@uneb.br)

Abstract

This essay aims to discuss the relevance of investigations on the social dissemination of writing for research that seeks to reconstitute a linguistic social history in Brazil. For that, we will search, in the main proposals about the theme, elements that can demonstrate how the verticalized understanding of the process of social penetration and diffusion of writing can directly contribute to a reflection on the understanding of the formation of the linguistic-social reality of the contemporary Brazil.

Keywords: Social Linguistic History; Social diffusion of writing; Brazil

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas
Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil
<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>

**PARA UNA HISTORIA SOCIAL LINGÜÍSTICA DE BRASIL: ELEMENTOS PARA
COMPRENDER LA DIFUSIÓN SOCIAL DE LA ESCRITA EN LA ÉPOCA COLONIAL**

André Luiz Alves Moreno
Universidade Federal da Bahia
(amoreno@uneb.br)

Resumen

Este ensayo tiene como objetivo discutir la relevancia de las investigaciones sobre la difusión social de la escritura para la investigación destinada a reconstituir una historia social lingüística de Brasil. Para ello, buscaremos en las principales propuestas sobre el tema, elementos que puedan demostrar cómo la comprensión vertical del proceso de penetración y difusión social de la escritura puede contribuir directamente con una reflexión sobre la comprensión de la formación de la realidad lingüístico-social del Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Historia social lingüística; Difusión social de la escritura; Brasil.

DOI: <https://doi.org/>

Dossiê "Literatura de autoria feminina em Língua Espanhola"

Revista (Entre Parênteses)	Alfenas, MG	v. 10	n. 2	1-42	e021015	2021
----------------------------	-------------	-------	------	------	---------	------

Universidade Federal de Alfenas
Departamento de Letras - Instituto de Ciências Humanas e Letras
Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Alfenas/MG - CEP 317131-001 - Brasil
<https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/entrepareses/about>